

OS MELHORES IMÓVEIS, AS MELHORES LOCALIZAÇÕES.


**APTOS.
1, 2, 3 e 4
QUARTOS**

**PRONTOS
PARA MORAR**

**BH E
CONTAGEM**

www.direcional.com.br
4020-0400 / DIRECIONAL

 Sublime Oásis Spa Resort: R-130165, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem - MG. Projeto Arquitetônico: Responsável Técnica: D'Ávila Arquitetura e Engenharia S.A. Consulte os empreendimentos da Direcional no site www.direcional.com.br.



DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

 Companhia Aberta de Capital Autorizado
 CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 - NIRE: 313.000.258-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que a Administração da Direcional Engenharia apresenta os resultados referentes ao quarto trimestre (4T18) e acumulado do exercício de 2018.

Acreditamos que o ano de 2018 foi um dos mais importantes anos da história da companhia, com destaque para duas principais conquistas: (i) a consolidação da operação no segmento MCMV 2 e 3 e (ii) a operação de vendas de 11 SPE do segmento MAC. Com isso, conseguimos apresentar crescimento em quase todas as métricas operacionais, com destaque para lançamentos, vendas e receita líquida, assim como, geração de caixa recorde de R\$ 362 milhões.

Esse desempenho é resultado da execução da estratégia traçada, ainda em 2014, concentrando o crescimento no segmento MCMV 2 e 3 sustentado em três pilares: (i) adoção de modelo construtivo industrializado e de baixo custo, (ii) repasse dos clientes simultaneamente às vendas (Modelo Associativo), o que reduz significativamente a probabilidade de distratos e o volume de capital próprio empregado nos empreendimentos e (iii) funding proveniente do FGTS, que dispõe de recursos para financiar a habitação popular, onde concentra a maior demanda por unidades habitacionais.

Analisando com mais detalhes nosso desempenho operacional, após a manutenção de um ritmo forte de lançamentos em todos os trimestres do ano, evidenciando a solidez da operação da Direcional, acumulamos VGV lançado de R\$ 1,9 bilhão no ano de 2018, crescimento de 72% em relação ao ano de 2017. Importante destacar o crescimento anual de 82% nos lançamentos do MCMV 2 e 3, que após registrar novo recorde no 4T18, totalizou R\$ 1,7 bilhão no ano.

Em ritmo parecido, as vendas líquidas cresceram 59% no ano de 2018 totalizando VGV de R\$ 1,5 bilhão. Alcançamos novo recorde de venda (ex-Faixa 1) no 4T18, resultando em índice de velocidade de vendas (VSO ex-Faixa 1) de 18%, neste trimestre. No MCMV 2 e 3, as vendas totalizaram recorde de R\$ 359 milhões no 4T18, resultando em um VSO de 20%. Com isso, as vendas do ano neste segmento totalizaram VGV recorde de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 78%.

No segmento MAC, mesmo após a venda em bloco de 11 SPEs (3T18), deste segmento, que implicou em redução de aproximadamente R\$ 230 milhões em nosso estoque concluído, registramos vendas líquidas de R\$ 27 milhões no 4T18, o melhor dentre os últimos 5 trimestres.

Esperamos a continuidade de melhora das vendas líquidas do segmento MAC, em vista do (i) aumento de financiamento à pessoa física concedido pelos bancos, (ii) redução das taxas de juros dos financiamentos e (iii) melhora da continuidade do consumidor.

Apesar dos sinais de recuperação comentados acima, interrompemos os lançamentos no segmento MAC, desde o ano de 2016, concentrando nossos esforços na comercialização de unidades em estoque, principalmente de unidades concluídas, e monetização dos ativos. Neste último ponto, podemos destacar a migração de alguns terrenos antes destinados ao segmento MAC para o MCMV. Durante o ano de 2018 lançamos 02 empreendimentos que antes compunham o banco de terrenos do segmento MAC: (i) Reserva do Lago e (ii) Reserva Girassol.

Sobre o resultado financeiro, a receita bruta atingiu R\$ 410 milhões no 4T18 e R\$ 1,2 bilhão no acumulado do ano, crescimento de 121% e 55% respectivamente quando comparado com os mesmos períodos do ano anterior. Resultado do aumento das vendas e maior volume de execução de obras do MCMV 2 e 3, em que a receita bruta atingiu valor de R\$ 919 milhões no ano de 2018, passando a representar 74% do total de receita bruta.

A margem bruta ajustada do segmento MCMV 2 e 3 atingiu patamar de 36% no ano de 2018, substancialmente superior aos demais segmentos. O Segmento MAC apresentou margem bruta ajustada de 24% no 4T18 e 7% em 2018, contra -16% em 2017. Esta melhora deve-se principalmente a: (i) redução dos distratos e (ii) após a venda em bloco de empreendimentos MAC ocorrida em setembro, restam no estoque empreendimentos mais novos, que apresentam melhores margens.

O crescimento de receita bruta em um segmento de margem superior, permitiu a melhora significativa do lucro bruto ajustado*, que atingiu R\$ 115 milhões no 4T18, melhor resultado desde o 4T14. Como resultado alcançamos expressivo crescimento na margem bruta ajustada* consolidada, que encerrou o ano de 2018 em 29,3%, versus margem bruta de 11,7% em 2017.

Outro destaque do ano de 2018, foi a diluição das despesas administrativas que apresentou redução anual da ordem de 7%, mesmo com o crescimento operacional apresentado no período, representando 6,8% da receita líquida no 4T18.

O resultado do trimestre foi impactado, na linha de Outras despesas e receitas não operacionais, de forma não recorrente, no valor de R\$ 10 milhões, devido à baixa de investimentos em projetos que foram descontinuados.

Como resultado desse desempenho, apresentamos lucro líquido de R\$ 18 milhões no 4T18, representando o melhor desempenho desde o 2T16. No acumulado do ano apresentamos prejuízo da ordem de R\$ 77 milhões. Porém, vale lembrar que o resultado líquido desse ano foi impactado de forma negativa, no valor de R\$ 95 milhões, pela operação de venda das 11 SPEs para o FII (apesar do desconto em relação ao patrimônio, a alienação destas SPEs reduzirá as incidências de despesas relacionadas a manutenção e comercialização das unidades de seus empreendimentos, como juros e impostos), dessa forma, ajustando o resultado anual por este impacto não recorrente, apresentamos lucro líquido de R\$ 18 milhões no ano de 2018.

Importante comentar sobre o aumento anual de 27% do estoque de receitas a apropriar por vendas de imóveis (REF). Esse desempenho continuará suportando o crescimento da receita da Direcional.

Mesmo em um cenário mais desafiador para repasses enfrentados no final do ano, principalmente no segmento MCMV 1,5, a geração de caixa, do 4T18, ajustada pelo pagamento de dividendos no valor de R\$ 90 milhões, atingiu valor de R\$ 23 milhões, totalizando recorde de R\$ 362 milhões no ano de 2018. Vale lembrar que esse resultado foi impactado positivamente pela operação envolvendo a venda das 11 SPE para o FII ocorrido no 3T18. Importante destacar, que mesmo desconsiderando a operação supracitada, a geração de caixa foi de R\$ 116 milhões no ano de 2018.

A forte geração de caixa reforçou ainda mais nossa sólida estrutura de capital, que encerrou o ano com índice de alavancagem de 9,9% (dívida líquida sobre patrimônio líquido).

Estamos otimistas com relação às perspectivas da Direcional para os próximos trimestres, sobretudo com relação ao segmento MCMV 2 e 3, em que a demanda continua forte. Além disso, o banco de terrenos para projetos voltados ao MCMV totaliza VGV potencial de R\$ 17 bilhões, o que dará condições para o crescimento de lançamentos e o volume de vendas. No segmento MAC nosso foco continuará sendo a monetização dos ativos, principalmente por redução de estoques concluídos.

Por fim, reafirmamos a confiança no modelo de negócios da Direcional e nosso compromisso na retomada da rentabilidade, mantendo a Companhia posicionada entre as empresas mais eficientes e sólidas do mercado, focada na geração de caixa e na criação de valor para seus clientes e acionistas.

Administração Direcional Engenharia S.A

1. Ajuste excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção.

2. Geração de Caixa variação da dívida líquida ajustado por pagamento de dividendos e recompra de ações.

LANÇAMENTOS

No ano de 2018 encerramos com crescimento de 72%, em termos de lançamentos, em relação ao ano de 2017, atingindo VGV de R\$ 1,9 bilhão (R\$ 1,7 bilhão % Direcional). O segmento MCMV 2 e 3 acumulou VGV lançado de R\$ 1,7 bilhão (R\$ 1,5 bilhão % Direcional), crescimento de 82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2018, todos os empreendimentos lançados foram enquadrados no Programa MCMV, sendo 70% nas Faixas 2 e 3, 19% no Faixa 1,5 e 11% no Faixa 1. A tabela abaixo apresenta informações dos lançamentos do 4T18 e 2018 comparados com períodos anteriores:

Lançamentos (VGV - R\$ mil)	2018 (a)	2017 (b)	Δ % (a/b)
VGV Lançado - 100%	1.904.853	1.108.693	71,8%
MCMV Faixa 1	224.304	183.339	22,3%
MCMV 2 e 3	1.680.549	925.354	81,6%
VGV Lançado - % Direcional	1.694.954	980.391	72,9%
MCMV Faixa 1	224.304	183.339	22,3%
MCMV 2 e 3	1.470.650	797.052	84,5%
Unidades Lançadas	11.879	7.904	50,3%

VENDAS CONTRATADAS

Em 2018, as vendas líquidas acumularam VGV de R\$ 1,7 bilhão, crescimento de 84% em relação a 2017. O segmento MCMV 2 e 3 atingiu VGV de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 78% em relação a 2017. Mesmo

com uma redução significativa no estoque do segmento MAC (venda em bloco realizada em setembro) as vendas líquidas deste segmento cresceram 35% quando comparadas ao trimestre anterior. Este crescimento deve-se principalmente a maior disposição dos bancos na concessão de crédito imobiliário aos clientes, bem como a realização de eventos de venda (como o Black Friday).

Vale destacar que, do total de vendas líquidas do ano de 2018, R\$ 230 milhões referem-se à venda em bloco de empreendimentos realizada no mês de setembro para o FII DMAC11, conforme fato relevante de 03/09/2018.

Apesar da segmentação geográfica, vale destacar a diversificação das vendas dentre as regiões onde a companhia atua, com destaque para os estados fora do eixo RJ-SP que juntos contabilizaram 47% das vendas líquidas em 2018.

A tabela abaixo consolida informações das vendas do 2018:

Vendas Líquidas Contratadas	2018 (a)	2017 (b)	Δ % (a/b)
VGV Líquido Contratado 100% (R\$ mil)	1.450.714	914.494	58,6%
MCMV Faixa 1	224.304	183.339	22,3%
MCMV 2 e 3	1.165.148	654.886	77,9%
MAC	61.262	76.269	-19,7%
VGV Líquido Contratado % Direcional (R\$ mil)	1.334.511	807.487	65,3%
MCMV Faixa 1	224.304	183.339	22,3%
MCMV 2 e 3	1.058.347	554.305	90,9%
MAC	51.860	69.843	-25,7%
Unidades Contratadas	9.843	6.243	57,7%
VSO (Vendas Sobre Oferta) em VGV - Ex Faixa 1	36,8%	30,7%	6,2 p.p.
MCMV 2 e 3	45,0%	42,2%	0,0%
MAC	8,3%	9,2%	0,0%

ESTOQUE

A Direcional encerrou o 2018 com 8.880 unidades em estoque, totalizando VGV de R\$ 1,8 bilhão. A tabela abaixo apresenta o estoque a valor de mercado aberto por estágio de construção e tipo de produto. Vale destacar que o segmento MCMV 2 e 3 possui apenas R\$ 31 milhões em VGV de unidades concluídas, representando 2% do total do estoque.

Abertura do Estoque a Valor de Mercado (VGV Total - R\$ milhões)	MCMV 2 e 3	MAC ¹	Consolidado (% Total)
Em andamento	1.395	36	1.431
Concluído	31	334	365
Total	1.426	370	1.796
Total Unidades	8.053	827	8.880

BANCO DE TERRENOS

O banco de terrenos da Direcional encerrou o trimestre com potencial de desenvolvimento de 117.985 unidades e VGV de R\$ 20,3 bilhões (R\$ 17,8 bilhões % Direcional).

Os terrenos destinados ao segmento MCMV 2 e 3 totalizou VGV potencial de R\$ 15,8 bilhões (R\$ 13,7 bilhões % Direcional), crescimento anual de 42% e 104.262 unidades. A Direcional tem feito estudos de viabilidade para converter terrenos do segmento MAC em MCMV. Em 2018 estes ajustes somaram aproximadamente R\$ 600 milhões.

O custo de aquisição médio do banco de terrenos é de 11% relativo ao VGV potencial, sendo que 85% será pago via permuta, com reduzido impacto no caixa antes do início de desenvolvimento do empreendimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta
 A receita bruta da Direcional somou R\$ 410 milhões no 4T18, aumento de 121% e 24% quando comparado com 4T17 e 3T18, respectivamente. Acumulando R\$ 1,2 bilhão em 2018, crescimento anual de 55%.

O crescimento da receita é reflexo da performance do segmento MCMV 2 e 3, cuja receita atingiu R\$ 295 milhões no 4T18 e R\$ 907 milhões em 2018. Este segmento representou 73% de toda receita apropriada no ano de 2018.

Receita Bruta (R\$ mil)	2018 (a)	2017 (b)	D % (a/b)
Receita operacional bruta	1.241.113	799.338	55,3%
Com vendas de imóveis	1.060.570	576.123	84,1%
Com prestação de serviços	180.543	223.215	-19,1%

Receita com Vendas de Imóveis:

A receita bruta com vendas de imóveis, que consolida os segmentos MCMV 2 e 3 e MAC, atingiu R\$ 1,1 bilhão no acumulado do ano de 2018, crescimento de 84% em relação ao mesmo período do ano anterior. Deste total, o segmento de MCMV 2 e 3 atingiu o volume de R\$ 919 milhões, crescimento de 144% em relação a 2017.

Receita com Prestação de Serviços:

A receita bruta do segmento de prestação de serviços, que representou 15% do total de receita reconhecida no acumulado de 2018, é composta por (i) reconhecimento de receitas das obras em regime de empreitada (MCMV Faixa 1); (ii) taxa de administração de obras e (iii) corretagem sobre vendas auferida pela corretora própria.

No ano de 2018, esta receita atingiu volume de R\$ 181 milhões, redução de 19% em relação ao ano de 2017.

Receita Operacional Líquida

Como resultado da apropriação de receita bruta mencionada acima, em 2018, a receita líquida atingiu R\$ 1,2 bilhão, aumento de 55% em relação ao ano de 2017.

Lucro Bruto

O lucro bruto ajustado* atingiu R\$ 342 milhões no ano de 2018, resultando em uma margem bruta ajustada* de 29,3%, devido, principalmente, ao aumento da participação do segmento MCMV 2 e 3, cuja receita representou 73% do total apropriado no período, com margem bruta ajustada de 36% em 2018.

1- Ajuste excluindo os juros de financiamento à produção capitalizados no custo.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A)

Em 2018, o G&A ficou em R\$ 100 milhões, redução de 7% em relação a 2017. Esse resultado está em linha com a estratégia da Companhia de buscar melhor eficiência operacional. Vale destacar a diluição das despesas em relação à receita líquida no período que atingiu índice de 8,6% (-5,7 p.p. em relação a receita líquida na comparação anual).

Despesas Comerciais

No ano de 2018, as despesas comerciais somaram R\$ 105 milhões, aumento de 68% quando em relação ao ano de 2017. Esse aumento está em linha com o crescimento das vendas. Entre 2017 e 2018 a venda bruta consolidada da Companhia cresceu 59%.

Ebitda

Em 2018, o Ebitda Ajustado* atingiu R\$ 114 milhões, revertendo resultado negativo de R\$ 58 milhões do ano de 2017. A margem Ebitda alcançou 10%.

A melhora do Ebitda deveu-se, principalmente, pelo aumento significativo do lucro bruto, conforme comentado acima, bem como por uma maior diluição das despesas operacionais.

Recomposição do EBITDA (R\$ mil)	2018 (a)	2017 (b)	D % (a/b)
Lucro Líquido do Período	17.908	(143.781)	(77%)
(+) Depreciação e amortização	20.135	23.026	(38%)
(+) Imposto de renda e contribuição social	22.608	16.725	35%
(+) Participação dos acionistas minoritários	7.704	6.346	(3%)
(+/-) Resultado financeiro	20.511	(11.160)	(272%)
(+) Custo financiamento da produção	24.679	50.559	(44%)
EBITDA ajustado	113.545	(58.285)	(523%)
Margem EBITDA ajustada¹²	10%	(2%)	10 p.p.

1. Ajustado por resultado não recorrente da operação envolvendo a venda de empreendimentos em bloco para o FII DMAC11

2. Ajuste excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção

Resultado Líquido

No ano de 2018 o prejuízo contábil soma R\$ 77 milhões, porém, excluindo o efeito não recorrente da venda em bloco de empreendimentos para o FII DMAC11, a companhia registrou um lucro líquido ajustado de R\$ 18 milhões no ano.

DESTAQUES DO BALANÇO PATRIMONIAL
Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

A Direcional encerrou o ano de 2018, com saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras de R\$ 859 milhões, aumento de 78% em relação ao ano de 2018.

Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras (R\$ mil)	2018 (a)	2017 (b)	D % (a/b)
Caixa e bancos	715.294	413.048	73,2%
Aplicações Financeiras	144.050	70.709	103,7%
Total	859.344	483.757	77,6%

Contas a Receber

A Direcional encerrou o ano de 2018 com saldo contábil de contas a receber de R\$ 516 milhões, 34% maior do que o 3T18 e 38% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução do contas a receber de venda de imóveis durante dos últimos 12 meses, mesmo com aumento do volume de receitas no mesmo período deve-se (i) a venda em bloco de empreendimentos realizada no mês setembro para o FII DMAC11, conforme publicado em fato relevante no dia 03/09/2018; e (ii) ao aumento do giro do contas a receber em relação ao volume de receitas, função da adoção do repasse na planta para as vendas dos imóveis no segmento MCMV 2 e 3.

Segundo regras contábeis atuais, o reconhecimento de contas a receber é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (Percentage of Completion - PoC). Deste modo, o saldo de contas a receber das unidades vendidas de incorporação e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas Demonstrações Contábeis. Neste sentido cabe ressaltar que o saldo total de contas a receber da Direcional no encerramento do 2018 era de R\$ 1,1 bilhão.

Endividamento

O saldo bruto de empréstimos e financiamentos encerrou 2018 em R\$ 998 milhões, crescimento de 14% em relação ao último trimestre e de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior. Resultado em dívida líquida sobre patrimônio líquido de 9,9%.

Endividamento (R\$ mil)	2018 (a)	2017 (b)	D % (a/b)
Empréstimos e Financiamentos	997.592	893.951	11,6%
Caixa e Equivalentes	859.344	483.757	77,6%
Dívida Líquida	138.248	410.194	-66,3%
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	9,9%	25,6%	-15,6 p.p.

Geração de Caixa (cash burn)¹

No 4T18, a Direcional apresentou Geração de Caixa de R\$ 24 milhões.

No ano, a geração de caixa atinge o patamar de R\$ 362 milhões, sendo R\$ 246 milhões resultantes da operação de venda em bloco de empreendimentos para o FII DMAC11 ocorrida em setembro. O bom desempenho, desconsiderando a operação, é explicado principalmente pela aceleração da operação do segmento MCMV, após aumento expressivo do volume de entrada de caixa de unidades repassadas e também pelo aumento de repasse no segmento MAC.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Conforme aviso aos acionistas divulgado em 28/09/2018, a Direcional realizou distribuição de dividendos conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 03 de setembro de 2018. O valor total a ser distribuído perfaz a quantia de R\$ 90.000.000,00 (Noventa milhões de reais), correspondendo a R\$ 0,6122890 por ação (desconsiderando as ações mantidas pela Companhia em tesouraria).

Os dividendos foram pagos no dia 11 de outubro de 2018. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data base de 01 de outubro de 2018.

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Direcional Engenharia S.A. sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, na Rua dos Otoni, nº 177, CEP 30150-270, inscrita no CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como que as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2018 refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que a Ernest & Young Auditores Independentes não prestou qualquer outro tipo de serviços que não de Auditoria Independente. Assim, no exercício de 2018, foram prestados exclusivamente serviços de auditoria externa independente. A política da Companhia assegura que não haja conflito de interesses, ausência de independência ou objetividade.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Em conformidade com o artigo 57 do Estatuto Social da Direcional Engenharia S.A., a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.



BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		(reapresentado)			
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	390.971	221.399	715.294	413.048
Aplicações financeiras	3.2	131.397	53.695	144.050	70.709
Contas a receber	4.1	14.969	9.819	394.942	702.949
Estoques	5	868	706	823.164	971.225
Crédito com partes relacionadas	6.1	75.923	73.296	71.227	81.576
Tributos a recuperar		16.707	18.559	26.135	24.684
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	2.000	4.000	2.013	4.000
Outros créditos		36.880	45.008	74.289	83.234
Total do ativo circulante		669.715	426.482	2.251.114	2.351.425
Ativo não circulante					
Contas a receber	4.1	20	29	121.262	132.436
Estoques	5	412.652	20.148	2.090.294	1.516.643
Créditos com partes relacionadas	6.1	-	-	649	5.400
Depósitos judiciais		8.130	8.115	15.143	18.128
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	27.985	-	27.985	-
Outros créditos		10.167	10.059	10.369	10.259
Investimentos	7	1.457.227	1.450.753	64.161	49.501
Imobilizado	8	44.844	34.746	66.272	55.265
Intangível		3.985	2.484	4.436	2.707
Total do ativo não circulante		1.965.010	1.526.334	2.400.571	1.790.339
Total do ativo		2.634.725	1.952.816	4.651.685	4.141.764
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	369.814	117.322	448.666	405.234
Fornecedores		11.073	3.171	75.747	71.174
Obrigações trabalhistas	10	10.107	8.685	26.183	20.571
Obrigações tributárias	11	741	632	23.305	34.574
Credores por imóveis compromissados	12	-	20.148	92.367	90.441
Adiantamento de clientes	13	-	-	12.913	11.975
Dividendos propostos	16.4.3	-	-	146	-
Outras contas a pagar	14	68.502	47.786	55.143	51.010
Provisão para garantia	15.1	7.329	-	10.959	-
Débitos com partes relacionadas	6.1	17.044	27.240	18.729	16.812
Total do passivo circulante		484.610	224.984	764.158	701.791
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	450.564	272.191	548.926	488.717
Fornecedores		187	-	1.093	-
Provisão para garantia	15.1	468	16	19.302	34.813
Obrigações tributárias	11	-	-	3.740	4.947
Credores por imóveis compromissados	12	412.752	-	1.466.972	832.042
Adiantamento de clientes	13	-	-	396.910	416.408
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.2	2.753	661	31.308	32.731
Outras contas a pagar	14	-	-	26.000	26.000
Débitos com partes relacionadas	6.1	700	-	-	-
Total do passivo não circulante		867.424	272.868	2.494.251	1.835.658
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	752.982	752.982	752.982	752.982
Reservas de capital	16.3	203.615	206.877	203.615	206.877
Outorga de opção de ações		11.720	7.729	11.720	7.729
Ajuste de avaliação patrimonial		(18.621)	(21.422)	(18.621)	(21.422)
Ações em tesouraria		(37.531)	(40.793)	(37.531)	(40.793)
Reservas de lucros	16.4	370.526	549.591	370.526	549.591
Total do patrimônio líquido		1.282.691	1.454.964	1.282.691	1.454.964
Participação dos não controladores		-	-	110.585	149.351
Total do passivo e patrimônio líquido		1.282.691	1.454.964	1.393.276	1.604.315
		2.634.725	1.952.816	4.651.685	4.141.764

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida	17	65.640	9.857	1.166.048	751.857
Custo da venda de imóveis e serviços prestados	18	(50.619)	(4.526)	(849.225)	(714.399)
Lucro bruto		15.021	5.331	316.823	37.458
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(90.103)	(95.247)	(100.301)	(107.644)
Despesas comerciais	18	(2.253)	(1.448)	(105.046)	(63.288)
Resultado com equivalência patrimonial	7	123.325	(53.684)	(2.339)	(1.380)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	(98.332)	3.545	(139.954)	2.984
		(67.363)	(146.834)	(347.640)	(169.328)
Despesas financeiras	20	(51.711)	(38.359)	(58.858)	(42.998)
Receitas financeiras	20	26.863	36.093	38.347	54.158
Resultado financeiro	20	(24.848)	(2.266)	(20.511)	(11.160)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(77.190)	(143.769)	(51.328)	(120.710)
Imposto de renda e contribuição social	21	(305)	(12)	(22.608)	(16.725)
Resultado líquido do exercício		(77.495)	(143.781)	(73.936)	(137.435)
Resultado líquido atribuível					
Participantes não controladores em SPEs e SCPs		-	-	(3.559)	(6.346)
Resultado líquido atribuível					
Direcional Engenharia S.A.		(77.495)	(143.781)	(77.495)	(143.781)
Resultado líquido por ação					
Básico	16.5	(0,53)	(0,97)		
Diluído	16.5	(0,53)	(0,97)		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas					
Vendas de imóveis e prestação de serviços		72.328	12.052	1.241.555	805.013
Outras receitas e (despesas) operacionais		(98.332)	3.545	(139.954)	2.984
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição) reversão		-	-	(2.315)	-
		(26.004)	15.597	1.099.286	807.997
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas consumidas		(42.683)	(6.859)	(665.447)	(524.111)
Matérias, energia, serviço de terceiros e outros operacionais		(11.166)	(12.314)	(16.738)	(65.442)
Outros		(23.612)	(22.436)	(143.560)	(24.048)
		(77.461)	(41.609)	(825.745)	(613.601)
Valor adicionado bruto		(103.465)	(26.012)	273.541	194.396
Depreciação e amortização, líquidas		(4.434)	(3.611)	(20.135)	(23.026)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(107.899)	(29.623)	253.406	171.370
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		123.325	(53.684)	(2.339)	(1.380)
Receitas financeiras		26.863	36.093	38.347	54.158
		150.188	(17.591)	36.008	52.778
Valor adicionado total a distribuir		42.289	(47.214)	289.414	224.148
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		61.080	56.001	184.013	198.032
Impostos, taxas e contribuições		6.993	2.207	95.800	69.881
Remuneração de capitais de terceiros		51.711	38.359	83.537	93.670
Prejuízos retidos		(77.495)	(143.781)	(77.495)	(143.781)
Parcela do resultado atribuído a acionistas não controladores		-	-	3.559	6.346
		42.289	(47.214)	289.414	224.148

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(77.495)	(143.781)	(73.936)	(137.435)
Total de resultado abrangente do exercício	(77.495)	(143.781)	(73.936)	(137.435)
Atribuível a				
Acionista da Companhia			(77.495)	(143.781)
Participação dos acionistas não controladores			3.559	6.346
			(73.936)	(137.435)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	(reapresentado)			
Das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(77.190)	(143.769)	(51.328)	(120.710)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	4.434	3.611	20.135	23.026
Resultado de equivalência patrimonial	(123.325)	53.684	2.339	1.380
Provisão para garantia	7.780	(524)	(4.552)	(8.252)
Juros sobre encargos e financiamentos	46.001	30.527	71.778	138.635
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.092	152	(1.423)	(3.268)
Resultado com permuta física	(109)	-	(911)	(989)
Impostos	(109)	12	12.476	(3.005)
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	(11.572)	-	1.873	(5.675)
Provisão para perdas de contas a receber	3.991	5.009	3.991	5.009
Provisão para plano de opções de ações				
Acréscimos (decrescimo) em ativos				
Contas a receber	(5.141)	(4.198)	318.073	258.633
Estoques	1.078	1.733	280.719	(53.556)
Créditos diversos	(248.738)	4.387	(253.023)	4.543
Partes relacionadas	(2.627)	7.603	15.100	(1.961)
Depósitos judiciais	(15)	-	2.965	-
Tributos a recuperar	1.852	(947)	(1.451)	(2.260)
Despesas antecipadas	554	-	(9.201)	-
(Decrescimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(553)	(3.118)	(7.414)	(35.598)
Obrigações trabalhistas	1.422	(74)	5.612	(6.260)
Obrigações tributárias	109	(204)	(12.476)	(279)
Credores por imóveis compromissados	(1.139)	-	(93.391)	(117.214)
Adiantamento de clientes	-	-	9.396	(23.662)
Contas a pagar	20.716	8.734	4.279	6.304
Partes relacionadas	(1.284)	(26.917)	1.917	3.679
Imposto de renda e contribuição social pagos	(198)	(1)	(35.085)	(20.127)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(381.860)	(64.300)	266.942	38.593
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acrescimo de investimentos (SPCs e SPEs)	(111.151)	(177.464)	(17.063)	(5.318)
Dividendos recebidos	228.002	125.192	64	5.030
Venda de participações societárias	230.219	-	245.060	-
Acrescimo do imobilizado	(13.096)	(4.051)	(19.698)	(9.962)
Acrescimo de intangível	(2.507)	(343)	(2.765)	(388)
Aplicações financeiras	(77.702)	23.306	(73.341)	64.107
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	253.765	(33.360)	132.257	53.469
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Transação com sócios não controladores	2.803	(446)	2.803	(446)
Dividendos pagos	(90.000)	(1)	(90.000)	(1)
Ingressos dos empréstimos	528.647	218.910	785.274	424.520
Amortizações dos empréstimos	(107.640)	(124.725)	(688.025)	(444.938)
Juros pagos	(36.143)	(26.009)	(65.821)	(80.854)
Aumento de capital por não controladores	-	-	(41.184)	(10.230)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	297.667	67.639	(96.953)	(111.749)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	169.572	(30.021)	302.246	(19.687)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	221.399	251.420	413.048	432.735
No final do exercício	390.971	221.399	715.294	413.048

DIRECIONAL

DIRR3
NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPANOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Direcional Engenharia S.A. ("Direcional", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma Companhia de capital aberto e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA, sob a sigla DIRR3. A Companhia é uma incorporadora e construtora, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares de grande porte e atuação primordial nas regiões norte, centro oeste e sudeste. Durante os seus 38 anos de experiência em incorporação e construção de empreendimentos populares, desenvolveu uma estrutura verticalizada e um processo construtivo padronizado, o que tem viabilizado a construção de empreendimentos em grande escala. A Companhia desenvolve suas atividades de incorporação e construção por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específicas ("SPEs"), no curso normal dos negócios, como forma de viabilizar a formação de parcerias, permitir o acompanhamento individualizado dos empreendimentos, facilitar a obtenção de financiamentos à produção e o controle financeiro contábil. As SCPs e as SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e, na maioria dos casos, estão vinculadas a um empreendimento específico. Em 11 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras e autorizou sua divulgação.

2. Resumo das principais práticas e políticas contábeis e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais consideram, adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 47 (IFRS 15), que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 2.1.16. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia participa de empreendimentos imobiliários por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). As operações das SCPs são efetuadas em nome do sócio ostensivo que geralmente é o líder do projeto. b) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, identificadas como controladora. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, essa capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, coligadas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção de seus direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. A participação societária no resultado das controladas, controladas em conjunto e coligadas são demonstradas no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuído aos controladores. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua sociedade controlada e coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. 2.1.2. **Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) com ou sem personalidade jurídica, nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. b) **Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". c) **Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. d) **Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas

contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.1.3. **Apresentação de informações por segmentos:** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários". 2.1.4. **Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais Brasileiros, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. 2.1.5. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. 2.1.6. **Ativos financeiros:** a) **Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. i) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da companhia. ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a venda desses ativos no modelo de negócios da companhia. iii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. b) **Reconhecimento e mensuração:** Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. d) **Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.1.7. **Contas a receber por incorporação de imóveis e por prestação de serviços:** O Contas a receber está substancialmente representado pelos créditos a receber (circulante e não circulante), e são provenientes das vendas de unidades imobiliárias residenciais (denominadas "contas a receber por incorporação de imóveis"), e da execução de serviços por administração de obras (denominadas "contas a receber por prestação de serviços"). O Contas a receber de clientes, de unidades lançadas, porém não concluídas, são contabilizados aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (atualização monetária), deduzindo-se as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas for superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. O saldo de contas a receber de clientes de imóveis não concluídos encontra-se demonstrado pelo seu valor presente líquido, isto é, descontado ao valor presente pela diferença dos juros contratuais cobrados posterior a entrega do imóvel e a taxa de correção das prestações quando da construção do imóvel (INCC). Se o prazo de recebimento do equivalente ao saldo de contas a receber é de um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente está apresentada no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). 2.1.8. **Estoque:** a) **Estoque de terrenos a incorporar:** Os estoques de terrenos são registrados pelo custo histórico de formação, que incluem todos os gastos correlacionados, diretamente vinculados e mensuráveis, inclusive operações de permuta calculadas pelo seu valor justo. Os terrenos podem ser adquiridos através de parcerias com os proprietários dos terrenos (permutas físicas e permutas financeiras). Permuta física: O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes, no momento da assinatura do instrumento particular ou quando as condições constantes nas cláusulas resolutivas do contrato forem satisfeitas. As receitas decorrentes de operações de permutas são apropriadas ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. Permuta financeira: Nas permutas financeiras, a Companhia repassa aos vendedores do terreno uma percentagem sobre o valor das vendas. Esse valor é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a contas a pagar, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação. Os estoques de terrenos a incorporar são classificados de acordo com a expectativa de lançamento do empreendimento. Caso o empreendimento, cujo terreno está atrelado, tenha expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, o terreno é classificado no ativo circulante. Caso contrário, o terreno é classificado no ativo não circulante. b) **Estoque de imóveis em construção:** Os estoques de imóveis em construção são demonstrados como parcela em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo

financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). 2.1.9. **Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada descrita na Nota 8. Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As despesas com estande de vendas, incluindo a sua construção, decoração, mobiliária e manutenção, são reconhecidas como ativo imobilizado, desde que o prazo de vida útil estimado não seja inferior a 12 meses, e a sua depreciação é apropriada ao resultado como despesa corrente durante a sua vida útil. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. 2.1.10. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. 2.1.11. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.1.12. **Provisões:** As provisões para garantia e provisão para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. a) **Provisão para contingências:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. b) **Provisão para garantia:** O Grupo constitui provisão para garantia com a finalidade de cobrir gastos com reparos em empreendimentos durante o período previsto em seus contratos, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo dos imóveis vendidos), à medida que os custos de unidades vendidas são incorridos. Eventuais saldos remanescentes não utilizados da provisão são revertidos após o prazo contratual da garantia. O prazo médio da garantia é de aproximadamente 5 anos após a entrega do empreendimento imobiliário. 2.1.13. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Grupo estrutura suas operações em entidades em propósitos específicos (sociedades de propósitos específicos - SPE e sociedades em conta de participação SCP), que tem como objeto social a construção e venda de unidades imobiliárias. A Companhia realiza a apuração e o recolhimento da tributação das receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias pelo regime de caixa, não pelo regime de competência, conforme está estabelecido pela Instrução Normativa emitida pela Secretaria da Receita Federal de nº 84/79. Adicionalmente, estas sociedades de propósitos específicos são tributadas pelo lucro presumido, e a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços), e da contribuição social à razão de 12% (incorporação imobiliária) e 32% (prestação de serviços) e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O Grupo vem optando pelo Regime Especial de Tributação (RET) aplicado às incorporadoras. Para isto, se faz necessário o atendimento a algumas normas relativas ao patrimônio de afetação conforme IN RFB 1.435 de 30 de dezembro de 2013. Essa norma nos permite ter uma carga tributária que chega a 4% para as incorporações. A Direcional Engenharia S.A. ("holding") é tributada pelo lucro real, e o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios contábeis estabelecidos pela legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças temporárias corresponde a diferença de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e pelo regime societário (competência). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 2.1.14. **Benefícios a empregados:** a) **Remuneração com base em ações:** O Grupo opera dois planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro. b) **Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. 2.1.15. **Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais



diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.1.16. Reconhecimento da receita:** A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. **a) Unidades imobiliárias concluídas:** Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma *pro rata temporis* ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **b) Unidades imobiliárias em construção:** A Companhia adotou a metodologia de reconhecimento de receitas pelo POC por entender que essa sistemática é a melhor forma de demonstrar os resultados do seguimento, pois é possível acompanhar os resultados durante o processo de construção, isso permite uma análise concreta do resultado dos empreendimentos. Para garantir que não haja distorções relevantes nesse processo, a Companhia utiliza ERP robusto onde são registradas todas as transações financeiras, todo o processo de suprimento também é informatizado, desde a cotação até o acompanhamento das entregas, todas as operações de pagamentos são realizadas mediante definições de alçadas, todo o processo de fechamento contábil é informatizado, realizamos mensalmente comitê para validação dos orçamentos e definições de desvios apontados, os orçamentos somente são enviados para a contabilidade após a validação desse comitê, dessa forma a companhia entende ter segurança nas informações para a aplicação do POC. Nas vendas de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade. Os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas das unidades em construção: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apuradas, incluindo a atualização monetária do contábil a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa da NTN-B, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP.M. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC). **c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contábil a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.1.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.1.18. Normas novas que ainda não estão em vigor:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência estão descritas abaixo:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 16. Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto no IAS 17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2)/ IFRS 16 substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes do ativo envolvido na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração avaliou os impactos da nova norma e estima um valor presente líquido de obrigações de R\$ 44.697 de passivo, ou R\$ 53.565 de saldo bruto de obrigações. O principal efeito está relacionado à operação de arrendamento do prédio onde a companhia estabelece sua sede. As demais operações que estão no escopo envolvem o arrendamento de imóveis locais para as lojas, estando de vendas e alojamentos nas adjacências das obras. Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento de um valor próximo desse como ativo e como passivo, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

2.1.19. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas pela Companhia

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 - Receitas	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 15 - sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47/IFRS 15 diz respeito ao reconhecimento do contrato com o cliente. A norma estabelece princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente. O reconhecimento da receita deve acontecer quando a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. A transferência pode ser ao longo do tempo (*over time*) ou em um momento específico (*at a point in time*). Em linha com o CPC47/IFRS15, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu um Ofício-Circular no qual ratifica que o POC (*over time*) está aderente ao CPC47/IFRS 15 e estabelece que a administração da companhia é a responsável pelo julgamento do critério de reconhecimento da receita. Com base nesse entendimento e modelo de negócio da companhia, a Companhia mantém a metodologia do POC para o reconhecimento da receita.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 9 - Classificação e Mensuração de instrumentos financeiros.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 48/IFRS 9 diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações são: (i) novos critérios de classificação de instrumentos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. Com base na sua avaliação, a Companhia identificou que a principal diferença na mensuração de ativos e passivos financeiros decorrente da adoção do novo pronunciamento está relacionada com a alteração do conceito de redução no valor recuperável do Contas a receber, que, além do conceito de perda verificada, incorpora também o conceito de perda esperada. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39. Dessa forma, a Companhia passou a reconhecer a perda de crédito esperada para os contratos vendidos, juntamente com o reconhecimento das respectivas receitas. O impacto da adoção inicial para o balanço de abertura é conforme segue:

	Individual		Consolidado		
	Adoção CPC 48/ IFRS 9	01/01/2018	31/12/2017	Adoção CPC 48/ IFRS 9	01/01/2018
Ativo circulante					
Contas a receber por incorporação de imóveis	1.327	-	1.327	657.362	(7.480)
Outros ativos	425.155	-	425.155	1.694.063	(2.840)
Total do ativo circulante	426.482	-	426.482	2.351.425	(10.320)
Ativo não circulante					
Contas a receber por incorporação de imóveis	13	-	13	113.136	(2.286)
Outros ativos	75.568	-	75.568	1.627.702	(330)
Investimentos	1.450.753	(11.572)	1.439.181	49.501	(144)
Total do ativo não circulante	1.526.334	(11.572)	1.514.762	1.790.339	(2.760)
Total do ativo	1.952.816	(11.572)	1.941.244	4.141.764	(13.080)
Passivo circulante					
Obrigações tributárias	632	-	632	34.574	(279)
Outros passivos	224.352	-	224.352	667.217	-
Total do passivo circulante	224.984	-	224.984	701.791	(279)
Passivo não circulante					
Obrigações tributárias	-	-	-	4.947	(88)
Outros passivos	272.868	-	272.868	1.830.711	-
Total do passivo não circulante	272.868	-	272.868	1.835.658	(88)
Patrimônio líquido					
Capital social	752.982	-	752.982	752.982	-
Reservas de lucros	549.591	(11.572)	538.019	549.591	(11.572)
Outras reservas	152.391	-	152.391	152.391	-
Participação dos não controladores	1.454.964	(11.572)	1.443.392	1.454.964	(11.572)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.952.816	(11.572)	1.941.244	4.141.764	(13.080)

2.2. Reapresentação das informações financeiras de 2017: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou reclassificações contábeis e, para fins comparativos, está reapresentando os saldos de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2017, conforme demonstrado abaixo:

a) Balanço patrimonial

	Individual		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	275.094	(53.695)	221.399
Aplicações financeiras (a)	-	53.695	53.695
Outros ativos circulantes	151.388	-	151.388
Total do ativo circulante	426.482	-	426.482
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	1.526.334	-	1.526.334
Total do ativo não circulante	1.526.334	-	1.526.334
Total do ativo	1.952.816	-	1.952.816
Total do passivo e patrimônio líquido	1.952.816	-	1.952.816

b) Demonstração do fluxo de caixa

	Individual		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(64.300)	-	(64.300)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-
Outros fluxos de caixa das atividades de investimento	(56.666)	-	(56.666)
Aplicações financeiras (a)	-	23.306	23.306
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(56.666)	23.306	(33.360)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	67.639	-	67.639
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(53.327)	23.306	(30.021)

(a) Reclassificação de saldos referentes a investimentos em LF e LFT em fundos exclusivos, nos quais a Companhia não possui expectativa de utilização nos próximos 90 dias. **2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção:** Para fins de aplicação da política contábil de reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção, a administração segue a CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. A receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelo valor justo da receita das vendas já contratadas. Dessa forma, a receita é reconhecida continuamente ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração. **b) Custo orçado das obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são revisados periodicamente no decorrer das obras, e o efeito destas revisões nas estimativas afeta o resultado da Companhia e suas controladas, como descrito acima na Nota 2.1.16 (b) Reconhecimento da receita. **c) Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisão para demandas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autorizarão a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	5.478	571	253.253	79.082
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	385.493	220.828	462.041	333.966
Total	390.971	221.399	715.294	413.048

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas por meio de fundos de investimento ou em operações realizadas diretamente com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia tem por política aplicar seus recursos em fundos ou diretamente, em instrumentos financeiros de natureza conservadora e de alta liquidez. Essas aplicações financeiras têm rendimento atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração que varia entre 75% e 102% do CDI, conforme natureza e prazo de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2018, a rentabilidade média bruta nos últimos 12 meses das aplicações financeiras da Companhia foi de 99% do CDI.

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em letra financeira Tesouro (Títulos Públicos)	107.810	45.289	118.191	59.639
Letras financeiras (Títulos Privados)	23.587	8.406	25.859	11.070
Total	131.397	53.695	144.050	70.709

A Companhia possui fundos de investimentos restritos a empresas do Grupo, administrados por instituições bancárias de primeira linha, que visam assegurar investimentos em instrumentos de perfil conservador, que garantam preservação do capital. Os fundos instituídos possuem o propósito de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), realizando aplicações em títulos de renda fixa, títulos públicos de outras instituições financeiras e fundos de investimentos abertos, que privilegiem liquidez e possibilitem o melhor retorno financeiro dentro dos limites de riscos preestabelecidos.

4. Contas a receber

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
4.1. Contas a receber operacional				
Contas a receber por incorporação de imóveis				
Unidades concluídas	2.980	1.341	187.513	440.916
Unidades não concluídas	-	-	299.218	334.529
Contas a receber por venda de terrenos	256	4.972	1.465	6.056
(-) Provisão para perdas de contas a receber	-	-	(11.802)	-
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(6.820)	(4.947)
	3.236	6.313	469.574	776.554

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber por prestação de serviço				
Administração de obra	598	1.190	598	1.191
Intermediação imobiliária	-	-	3.411	1.396
Construção por empreitada	11.155	2.345	41.892	55.477
Outros serviços	-	-	729	767
	11.753	3.535	46.630	58.831
	14.989	9.848	516.204	835.385
Circulante	14.969	9.819	394.942	702.949
Não circulante	20	29	121.262	132.436

Em decorrência dos critérios de reconhecimento de receita, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. Na Nota 17 (a) são apresentados os saldos a receber não reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Companhia efetuou o cálculo a valor presente das contas a receber para unidades não concluídas e contabilizou o montante considerando a taxa média de desconto de 4,78%, conforme apresentado no cupom de NTN-B. As contas a receber de venda de imóveis são atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a averbação do Habite-se. Após a averbação do Habite-se são atualizadas pelo IGP.M/PC.A e há incidência de juros de 12% a.a. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de incorporação de imóveis e prestação de serviços, que estão classificadas no ativo circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer até 90 dias	200.706	502.907
de 91 a 180 dias	37.772	61.944
de 181 a 270 dias	56.809	24.009
de 271 a 360 dias	41.744	20.897
	337.031	609.757

Vencidos Até 30 dias De 31 a 60 dias De 61 a 90 dias De 91 a 120 dias De 121 a 180 dias Acima de 180 dias

	19.188	22.950
	613	2.996
	460	8.032
	3.401	9.443
	2.122	4.592
	32.127	45.179
	57.911	93.192
	394.942	702.949

Os títulos a vencer classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 possuem o seguinte fluxo de recebimento:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Entre 1 e 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Após 4 anos
	78.052	67.238	27.586	20.152
	4.998	12.052	10.626	32.994
	121.262	132.436		

4.2. Outras contas a receber: Em 03 de setembro de 2018, a Companhia vendeu a empresa Lago da Pedra Participações S.A. para um fundo de investimento imobiliário pelo valor de R\$183.156. O valor a receber por essa venda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$27.985. Este valor refere-se a parcela complementar, observado os termos e condições previstos no contrato referente ao ajuste de preço inicial, atualizado pela taxa DI.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber por Alienação de cotas	29.985	4.000	29.985	4.000
Circulante	2.000	4.000	2.013	4.000
Não circulante	27.985	-	27.985	-

5. Estoques

	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos a incorporar	412.652	20.148	2.417.764	1.826.417
Imóveis concluídos	-	706	194.190	294.898
Imóveis em construção	868	-	301.504	366.553
	413.520	20.854	2.913.458	2.487.868
Circulante	868	706	82	

DIRECIONAL



7. Investimentos

a) Abaixo a movimentação dos saldos de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018:

Empresas Controladas	Participação	Dividendos/ amortização		Equivalência patrimonial	de investimentos	Subscrição (redução), de capital/AFAC e baixas	31/12/2018
		31/12/2017	31/12/2018				
Jequia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	78.001	-	(17.843)	75.068	-	135.226
Direcional Taguatinga Engenharia Ltda.	100,00%	89.539	(14.436)	11.209	2.568	-	88.880
Canário Engenharia Ltda.	99,90%	59.853	-	(629)	1.250	-	60.474
Coral Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	19.072	-	(341)	27.405	-	46.136
Manauara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	985	-	3.676	39.695	-	44.356
Anapu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	7.749	-	10.216	25.125	-	43.090
Barreirinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	99,90%	58.423	(11.820)	1.944	(11.932)	-	36.615
Tarauaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	41.687	-	579	(5.749)	-	36.517
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	32.602	-	(1)	34	-	32.635
Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	38.994	(23.344)	15.239	846	-	31.735
Água Marinha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	27.278	-	3.070	1.361	-	31.709
Portal Das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	17.585	-	16.550	(3.029)	-	31.106
Azurita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	2.949	-	(2.891)	30.888	-	30.946
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	21.290	-	2.660	5.058	-	29.008
Constantina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	2.411	-	697	23.746	-	26.854
Napoli Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	23.555	-	-	1.689	-	25.244
Direcional Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	23.996	-	-	368	-	24.364
Ouro Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%	24.297	(3.103)	(597)	3.701	-	24.298
Nova Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	617	(8.358)	24.088	5.989	-	22.336
Riachos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	21.169	-	(1)	269	-	21.437
Alcobaça Construções e Emp. Imobiliários SPE Ltda.	99,90%	18.450	-	(3)	280	-	18.727
Outras Controladas	-	790.750	(166.877)	58.042	(130.542)	-	551.373
Total Controladas	-	1.401.252	(227.938)	125.664	94.088	-	1.393.066
Controladas em conjunto (Consolidado)	-	49.501	(64)	(2.339)	17.063	-	64.161
Total Individual	-	1.450.753	(228.002)	123.325	111.151	-	1.457.227

Em 18 de julho de 2018, a Direcional Engenharia S.A. divulga por meio de fato relevante que integralizou o investimento que possuía nas SPES: Mirante Empreendimentos Imobiliários Ltda., Muqui Empreendimentos Imobiliários Ltda., Direcional Zircon Empreendimentos Imobiliários Ltda., Geminiano Projeto 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda., Mar Turmalina Empreendimentos Imobiliários Ltda., Lagoa Empreendimentos Imobiliários Ltda., Cajueiro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Colina de Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda., Direcional Coruripe Empreendimentos Imobiliários Ltda., Arapiraca Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Guarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda. ao capital da Lagoa da Pedra Participações S.A. Em 3 de setembro de 2018 a Direcional vendeu a participação na Lagoa da Pedra para um Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Em setembro de 2018, o investimento na Lagoa da Pedra foi baixado devido à venda. O custo da venda das empresas acima mencionadas representa um montante de R\$368.829. b) Abaixo a composição dos saldos das controladas e controladas em conjunto de 31/12/2018:

Empresas Controladas	Participação	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Jequia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	147.008	80.295	55.879	36.064	135.360
Direcional Taguatinga Engenharia Ltda.	100,00%	59.305	64.060	11.203	23.282	88.880
Canário Engenharia Ltda.	99,90%	122	128.729	-	68.316	60.535
Coral Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	44.199	2.497	331	183	46.162
Manauara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	57.963	2.573	8.882	7.254	44.400
Anapu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	33.010	16.287	5.061	1.104	43.132
Direcional SPL Jordão Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	17.423	21.621	474	276	38.294
Barreirinha Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	99,90%	39.629	144	2.606	515	36.652
Tarauaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	29.006	8.135	347	240	36.554
Água Marinha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	15.716	24.091	2.703	1.872	35.232
Ouro Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%	49.181	838	15.216	92	34.711
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	33	32.636	-	-	32.669
Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	40.745	3.066	4.828	7.246	31.737
Portal das Rosas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	37.545	3.305	7.544	2.170	31.136
Azurita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	37.404	4.027	7.503	2.951	30.977
Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	15.410	18.487	1.773	3.088	29.036
Constantina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	35.488	6.147	6.520	8.235	26.880
Napoli Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	36.800	-	31	11.500	25.269
Jardim Amaralina Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	50,00%	58.898	469	31.068	3.440	24.859
Direcional Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	2	24.384	23	-	24.363
Riachos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%	2.463	21.360	3	-	23.820
Nova Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,90%	51.452	1.655	29.643	1.105	22.359
Alcobaça Construções e Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	99,90%	20	177.483	2	158.756	18.745
Outras Controladas	-	829.952	1.200.535	181.549	1.289.838	559.100
Total Controladas	-	1.636.774	1.842.824	373.189	1.627.527	1.480.882
Controladas em conjunto	-	50.677	89.521	21.711	897	117.590

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, 38,56% e 51,02%, respectivamente, dos ativos da Companhia estão inseridos na estrutura de segregação patrimonial, conforme estabelecido pela Lei nº 10.931/04.

8. Imobilizado

Individual	Máquinas e equipamentos		Formas de alumínio		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de informática		Benefeitorias em imóveis de terceiros		Outros		Total imobilizado
	10%	(b)	10%	10%	20%	20%	20%	20%	8,33%	-	-	-			
Taxas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	11.845	77.776	3.355	828	3.531	8.615	206	106.156							
Adições	6	20.981	45	91	615	-	-	21.738							
Baixas	(196)	-	-	-	-	-	-	(196)							
Saldo em 31/12/2018	11.851	98.561	3.400	919	4.146	8.615	206	127.698							
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-							
Saldo em 31/12/2017	(8.072)	(56.305)	(1.330)	(825)	(2.761)	(1.936)	(181)	(71.410)							
Depreciação do exercício	(1.159)	(8.940)	(335)	(12)	(341)	(846)	(7)	(11.640)							
Baixas	-	196	-	-	-	-	-	196							
Saldo em 31/12/2018	(9.231)	(65.049)	(1.665)	(837)	(3.102)	(2.782)	(188)	(82.854)							
Valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-							
Em 31/12/2017	3.773	21.471	2.025	3	770	6.679	25	34.746							
Em 31/12/2018	2.620	33.512	1.735	82	1.044	5.833	18	44.844							

Individual	Máquinas e equipamentos		Formas de alumínio		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de informática		Benefeitorias em imóveis de terceiros		Estande de vendas		Total imobilizado
	10%	(b)	10%	10%	20%	20%	20%	20%	8%	(a)	-	-			
Taxas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2017	24.548	77.775	7.413	2.643	7.196	8.614	62.288	1.296	191.773						
Adições	108	20.981	239	89	1.167	-	11.665	23	34.272						
Baixas	(961)	(196)	(147)	(22)	(197)	-	(16.776)	(44)	(18.343)						
Saldo em 31/12/2018	23.695	98.560	7.505	2.710	8.166	8.614	57.177	1.275	207.702						
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Saldo em 31/12/2017	(14.969)	(56.306)	(3.476)	(2.526)	(5.648)	(1.936)	(50.530)	(1.117)	(136.508)						
Depreciação do exercício	(2.655)	(8.940)	(827)	(82)	(783)	(846)	(7.803)	(57)	(21.993)						
Baixas	425	196	67	22	146	-	16.171	44	17.071						
Saldo em 31/12/2018	(17.199)	(65.050)	(4.236)	(2.586)	(6.285)	(2.782)	(42.162)	(1.130)	(141.430)						
Valor contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Em 31/12/2017	9.579	21.469	3.937	117	1.548	6.678	11.758	179	55.265						
Em 31/12/2018	6.496	33.510	3.269	124	1.881	5.832	15.015	145	66.272						

(a) Os estandes de vendas são depreciados de acordo com o fluxo estimado de venda de cada empreendimento, baixado ou por desativação deste. (b) Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a Companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. A Companhia e suas controladas possuem 28 contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos a máquinas, equipamentos e veículos. O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$98.560 (R\$77.776 em 31 de dezembro de 2017). Ocorreram adições de imobilizado no exercício de itens cujo compromisso está vinculado à alienação fiduciária, no montante de R\$20.785, que são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

9. Empréstimos e financiamentos

Financiamento à construção	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FINAME e leasing financeiro de equipamentos	16.487	8.600	16.486	8.600
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	705.725	293.456	705.725	293.456
Cédula de Crédito Bancário	98.166	87.457	105.885	112.522
Total geral	820.378	389.513	997.592	893.951
Circulante	369.814	117.322	448.666	405.234
Não circulante	450.564	272.191	548.926	488.717

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos em cinco principais modalidades, a saber: Financiamento à construção: Esta modalidade de empréstimo tem por objetivo financiar os empreendimentos durante seu período de construção. As taxas de juros aplicáveis a estes empréstimos variam, conforme a operação, entre 8,3% e 11,04% ao ano, com correção pela TR. Somente com o Banco ABC é que temos a taxa corrigida pelo CDI + 1,95% ao ano. Estas operações são garantidas por hipotecas dos imóveis dos respectivos empreendimentos. FINAME e Leasing: Estas modalidades de empréstimos têm por finalidade financiar investimentos em máquinas e equipamentos. As taxas de juros aplicáveis a estes empréstimos são: (i) para FINAME, conforme a operação, juros fixos de 6,0% ao ano e (ii) para Leasing, conforme a operação, juros variáveis com margens sobre o CDI de 1,50% a 3,43% ao ano. Estas operações são garantidas pelas próprias máquinas e equipamentos adquiridos com os empréstimos. Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI: 341ª Série: Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. O saldo do valor nominal unitário dos CRI's não será corrigido monetariamente. A remuneração dos CRI's, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI desde a data de emissão dos CRI's, é composta por juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da taxa DI. Esta operação é garantida pelos recursos financeiros presentes nas contas vinculadas à operação e pela cessão fiduciária de direitos creditórios das empresas: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., Flourita Empreendimentos Imobiliários Ltda., SCP Direcional/ACR - Lago, Direcional Porto Acre Empreendimentos Imobiliários Ltda., SCP Direcional/DAN/Gontijo Fernandes - Jacundá e Trincheiras Empreendimentos Imobiliários Ltda. 379ª Série: Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. O saldo do valor nominal unitário dos CRI's não será corrigido monetariamente. A remuneração dos CRI's, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI's desde a data de emissão dos CRI's, é composta

por juros remuneratórios 0,70% ao ano mais à variação acumulada da Taxa DI. A Direcional constituirá, em favor da securitizadora a alienação fiduciária de quotas e direitos emergentes destas quotas, de emissão de (i) Direcional Porto Acre Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Porto Acre") e (ii) Tarauacá Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Tarauacá" e, em conjunto com Porto Acre, as "SPE Intervencionistas") e de titularidade da Direcional ("Alienação Fiduciária"). 25ª Série: Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRI's, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI's desde a data de emissão dos CRI's, é composta por juros remuneratórios 0,90% ao ano mais à variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRI's, os quais não contarão também com garantia fluante da Emissora. 107ª Série: Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRI's, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI's desde a data de emissão dos CRI's, é composta por juros remuneratórios 0,80% ao ano mais à variação acumulada da Taxa DI. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRI's, os quais não contarão também com garantia fluante da Emissora. 175ª Série: Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRI's, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRI's, é composta por juros remuneratórios 4% ao ano mais IPCA. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRI's, os quais não contarão também com garantia fluante da Emissora. Cédula de Crédito Bancário: Esta modalidade de empréstimo tem por finalidade financiar a necessidade de capital de giro da Companhia. A taxa de juros praticada nesta modalidade de empréstimo é de 12%, 114% e 130% do CDI a.m. CCB Plano Empresário Final emitida junto ao Banco ABC no valor de R\$32.828. A taxa de juros praticada nesta modalidade de empréstimo é de 12,14% a.m. acrescidos da Taxa CDI, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"). A parcela não circulante dos empréstimos em 31/12/2018 tem os seguintes vencimentos:

Período	31/12/2018	
	Individual	Consolidado
Jan/2020 a Dez/2020	179.837	231.953
Jan/2021 a Dez/2021	135.491	156.906
A partir de Jan/2022	135.136	160.067
	450.464	548.926

10. Obrigações trabalhistas

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e retiradas a pagar	2.668	1.679	5.934	3.680
Encargos trabalhistas e previdenciários	1.296	1.974	4.603	5.401
Provisões trabalhistas	5.402	5.005	14.234	11.419
Outros	741	27	1.412	71
	10.107	8.685	26.183	20.571

11. Obrigações tributárias

Os saldos abaixo são compostos pela provisão dos impostos correntes cujo fato gerador é a realização das contas a receber, e também pela provisão dos impostos diferidos que ocorre pelo reconhecimento da receita pelo método POC no qual o recebimento das contas a receber está diferido ao longo do fluxo de cada contrato:

Impostos correntes	Individual		Consolidado	
--------------------	------------	--	-------------	--

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2018, os valores são: de trabalhista R\$28.688, tributário R\$7.614 e cível R\$140.118. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face ao eventual desfecho desfavorável destes.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R\$752.982, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.398.749 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 146.994.040 em circulação e 6.404.709 em tesouraria. O capital autorizado na data da divulgação de nossas informações contábeis é de R\$1.200.000.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram cedidas 556.486 ações que estavam em tesouraria no âmbito dos Programas I e II de Matching de Ações e Programa 1 de Opções de Ações.

	Quantidade de ações	Ações em tesouraria	Total
31 de dezembro de 2016	146.315.104	7.083.645	153.398.749
Ações em tesouraria cedidas	122.450	(122.450)	-
31 de dezembro de 2017	146.437.554	6.961.195	153.398.749
Ações em tesouraria cedidas	556.486	(556.486)	-
31 de dezembro de 2018	146.994.040	6.404.709	153.398.749

16.2. Ações em tesouraria: A companhia mantém 6.404.709 ações em tesouraria adquiridas durante a vigência de seus programas de recompra entre 2011 e 2015. **16.3. Reservas de capital:** 16.3.1. Reserva de capital por outorga de opções de compra de ações: Conforme divulgado na Nota 23, a Companhia reconhece na referida rubrica os serviços recebidos em contrapartida da outorga de opções de compra de ações. Concomitantemente ao exercício das opções de ações, a reserva é transferida para lucros retidos. **16.4. Reserva de lucro:** 16.4.1. Reserva legal: A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 16.4.2. Reserva de retenção de lucros: Constituída principalmente para a manutenção da capacidade de investimentos da Companhia e a execução de obras em curso. Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das sociedades anônimas (Lei nº 11.638/2007). 16.4.3. Distribuição de dividendos: Aos detentores de ações ordinárias é assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25%, calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas, conforme legislação societária vigente. Em 04 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros, conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$90.000, correspondendo a R\$0,6122890 por ação (desconsiderando as ações mantidas pela Companhia em tesouraria). Os dividendos foram pagos no dia 11 de outubro de 2018, sem atualização monetária ou juros. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data base de 1º de outubro de 2018. **16.5. Lucro (prejuízo) por ação:** Os cálculos de prejuízo por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim demonstrados:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(77.495)	(143.781)
Média ponderada do número de ações	146.836.517	146.406.097
Prejuízo líquido básico por ação - R\$	(0,53)	(0,97)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído mantém-se o mesmo devido ao prejuízo apurado do exercício. **16.6. Participações não controladoras:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as alterações de participações societárias da Companhia em controladas geraram uma redução de acionistas não controladores de R\$41.184 e não gerou resultado para os acionistas da Controladora, registradas diretamente no patrimônio líquido.

17. Receita líquida

	Individual	Consolidado	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	1.270	5.411	1.060.570	576.123		
Receita bruta de serviços	71.058	6.641	180.543	223.215		
Receita bruta total	72.328	12.052	1.241.113	799.338		

Ajuste a valor presente	-	-	(1.873)	5.675		
Impostos incidentes sobre vendas	(2.814)	(1.352)	(25.662)	(15.419)		
Vendas canceladas	(3.874)	(843)	(47.530)	(37.737)		
Receita operacional líquida	65.640	9.857	1.166.048	751.857		

Os impostos incidentes sobre as vendas e serviços consistem no Programa de Integração Social - (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sendo (1,65% e 7,6%) para as receitas auferidas sob o regime da não cumulatividade, (0,65% e 3%) para as receitas auferidas sob o regime da cumulatividade, (0,37% e 1,71%) para as receitas auferidas sob o regime de tributação especial aplicado as construtoras e incorporadoras, e (0,09% e 0,44%) para as receitas vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para unidades até R\$100. A Companhia reconheceu também como receita bruta do exercício referente aos empreendimentos em construção, o montante de R\$8.987 em 31 de dezembro de 2018 e R\$19.044 em 31 de dezembro de 2017 referentes à apropriação de permutas por unidades a construir por terrenos. a) Resultado a apropriar: Os custos orçados a incorrer das unidades vendidas em construção e a receita de vendas de imóveis a apropriar, oriundos dos empreendimentos em andamento, não refletidos nas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

	Individual	Consolidado	2018	2017	2018	2017
I) Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas					1.617.123	
Empreendimentos em Construção						
a) Receita de Vendas Contratadas					3.279.512	
b) Receita de Vendas Apropriadas Líquidas					1.662.389	
Receitas de Vendas Apropriadas					1.907.017	
Distratos - Receitas estornadas					(244.628)	
II) Receitas de Indenizações por distratos					12.829	
III) Custo Orçado a Apropriar de unidades Vendidas					1.103.376	
Empreendimentos em Construção						
a) Custo Orçado das unidades (Sem Encargos Financeiros)					2.165.164	
b) Custo de Construção Incorrido					1.149.724	
Encargos Financeiros Apropriados					10.049	
c) Distratos - Custo de Construção					(97.080)	
Distratos - Encargos Financeiros					(905)	
Custo orçado a Apropriar no Resultado (sem encargos financeiros) (a - b - c)					1.112.520	
Drive CI / CO (sem encargos financeiros)					48.62%	
IV) Custo Orçado a Apropriar em Estoque					493.646	
Empreendimentos em Construção						
a) Custo Orçado das unidades (Sem Encargos Financeiros)					785.727	
b) Custo de Construção Incorrido					291.188	
Encargos Financeiros Apropriados					893	
Unidades Vendidas					27.855	

b) Resultado apropriado

	2018		2017	
	Receitas de unidades vendidas	(-) custo das unidades vendidas	Receitas de unidades vendidas	(-) custo das unidades vendidas
Individual				
Serviços	64.370	(49.759)	9.857	(4.526)
Incorporação - imóveis concluídos	1.270	(860)	-	-
Total Individual	65.640	(50.619)	9.857	(4.526)
Controladas				
Serviços	107.088	(108.725)	214.042	(228.497)
Incorporação - imóveis concluídos	73.952	(106.947)	71.568	(177.473)
Incorporação - imóveis em construção	919.368	(582.934)	456.390	(303.903)
Total Controladas	1.100.408	(798.606)	742.000	(709.873)
Total Consolidado	1.166.048	(849.225)	751.857	(714.399)

18. Custos e despesas por natureza

Descrição	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima, e materiais de uso e consumo	(42.683)	(6.859)	(665.447)	(524.224)
Despesas com pessoal	(61.080)	(56.001)	(184.013)	(198.032)
Juros capitalizados	-	-	(24.679)	(50.559)
Depreciação e amortização	(4.434)	(3.611)	(20.135)	(23.026)
Serviços de terceiros	(9.162)	(9.396)	(13.915)	(13.934)
Energia elétrica, água e telefone	(2.004)	(1.489)	(2.823)	(2.115)
Despesas gerais com vendas	(2.187)	(1.730)	(40.696)	(26.654)
Comissão de vendas	189	301	(74.457)	(22.739)
Outras despesas	(21.614)	(22.436)	(28.407)	(24.048)
	(142.975)	(101.221)	(1.054.572)	(885.331)
Classificados como				
Custos dos imóveis vendidos	(1.269)	(2.599)	(691.150)	(483.975)
Custos de serviços prestados	(49.350)	(1.927)	(158.075)	(230.424)
Despesas comerciais	(2.253)	(1.448)	(105.046)	(63.288)
Despesas gerais e administrativas	(90.103)	(95.247)	(100.301)	(107.644)
	(142.975)	(101.221)	(1.054.572)	(885.331)

19. Outras receitas e despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras (despesas) receitas				
Venda de investimentos (a)	255.767	6.000	269.281	6.000
Despesas com projetos descontinuados	(2.993)	(1.658)	(13.745)	(2.083)
Custo dos investimentos vendidos	(340.840)	(1.857)	(368.829)	(1.857)
Outras (despesas) receitas	(10.266)	1.060	(26.661)	924
	(98.332)	3.545	(139.954)	2.984

(a) Em 3 de setembro de 2018 a companhia comunicou ao mercado por meio de fato relevante a venda de sua participação acionária detida na Lago da Pedra S.A., para o MAC Fundo de Investimentos Imobiliários, o preço total da transação foi R\$183.156 (cento e oitenta e três milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), sendo que o valor de R\$155.608 (cento e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oito mil reais) foi recebido à vista e o montante de R\$27.985 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais) está registrada no contas a receber da companhia e está sendo corrigido a partir dessa data pela taxa DI. A Companhia também realizou a alienação da totalidade das quotas das SPEs, Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a Lago da Pedra S.A. por R\$72.611 (setenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais) e Guarinos Empreendimentos Imobiliários Ltda pelo valor de R\$13.514 (treze milhões, quinhentos e quatorze mil reais).

20. Resultado financeiro

Os saldos abaixo representam os rendimentos líquidos da Companhia oriundos das aplicações, e cobrança de juros decorrentes de contratos, apresenta também os custos financeiros decorrentes de algumas linhas de créditos utilizados pela Companhia e os custos financeiros de manutenção de conta junto às instituições financeiras.

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	23.038	28.455	31.288	40.719
Atualização monetária e juros contratuais	3.825	7.638	7.059	13.439
	26.863	36.093	38.347	54.158
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(50.015)	(36.910)	(52.669)	(38.153)
Despesas bancárias	(1.696)	(1.449)	(6.189)	(4.845)
	(51.711)	(38.359)	(58.858)	(42.998)
Resultado financeiro líquido	(24.848)	(2.266)	(20.511)	11.160

21. Imposto de renda e contribuição social

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(77.190)	(143.769)	(51.328)	(120.710)
IRPJ e CSLL a alíquota de 34%	34%	34%	34%	34%
Despesa estimada com IRPJ e CSLL	(26.245)	(48.881)	(17.452)	(41.041)
Empresas tributadas pelo lucro real				
Adições e exclusões	21.098	12.512	21.098	12.512
Adição (exclusão) equivalência patrimonial	(123.325)	53.684	(123.325)	53.684
Base de tributação	(179.417)	(77.573)	(153.555)	(54.514)
Empresas tributadas pelo lucro presumido				
Base de tributação	29	36	122.382	105.673
Alíquotas aplicáveis ao lucro presumido	2,28%	2,28%	2,28%	2,28%
Despesa com imposto	1	1	2.544	1.689
Despesa com imposto diferido	-	-	246	719
Empresas tributadas pelo RET (1%)				
Base de tributação	64.675	2.345	622.857	928.912
Alíquotas aplicáveis ao Regime Especial de Tributação	0,47%	0,47%	0,47%	0,47%
Despesa com imposto	263	-	2.889	4.975
Despesa com imposto diferido	41	11	39	(610)
Empresas tributadas pelo RET (4%)				
Base de tributação	-	-	879.709	518.239
Alíquotas aplicáveis ao Regime Especial de Tributação	1,92%	1,92%	1,92%	1,92%
Despesa com imposto	-	-	20.653	13.463
Despesa com imposto diferido	-	-	(3.763)	(3.511)
Despesa com IRPJ e CSLL do exercício	305	12	22.608	16.725
Alíquota efetiva	(0,40%)	(0,01)	(4,05%)	(25,69)

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 demonstra a diferença temporal entre o regime de caixa utilizado pelas SCPs e SPES, tributadas pelo Lucro Presumido e RET (Regime Especial de Tributação), e a provisão de imposto sobre o saldo de contas a receber. A Companhia (controladora) possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e imposto de renda, sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros devido à sua característica de holding. Devido ao regime de tributação das SCPs e SPES (Lucro Presumido ou RET), elas não apresentam diferenças temporárias.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os instrumentos financeiros usualmente contratados pela Direcional e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e os financiamentos, para construção dos empreendimentos imobiliários e para a aquisição de máquinas e equipamentos.

Risco de taxas de juros: A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, substancialmente a taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras contratadas em reais, juros sobre empréstimos contratados junto ao Sistema Financeiro de Habitação atrelados à TR, juros sobre empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos contratados junto ao BNDES (FINAME) atrelados à TJLP e TJ462 e juros de empréstimos de Capital de Giro, Leasing, Debêntures e CRI atrelados ao CDI. **Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando manter um nível de disponibilidades suficiente para atender às suas necessidades. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

	Individual		Consolidado		Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos	
Em 31 de dezembro 2018					
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	448.666	231.953	156.906	160.067	997.592
Fornecedores	75.747	1.093	-	-	76.840
Partes relacionadas (Nota 6.1)	18.729	-	-	-	18.729
Credores por imóveis compromissados (Nota 12)	92.367	944.237	333.723	189.012	1.559.339
Adiantamento por recebimento (Nota 13)	14.706	-	-	-	14.706

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2018, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. As contas a receber de clientes são garantidas pelos próprios imóveis, sendo que a posse sobre o imóvel é transferida somente após sua quitação. **Valor justo dos instrumentos financeiros por categoria:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A hierarquia dos ativos e passivos a valor justo da Companhia e suas controladas está divulgada abaixo:

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros					
Custo amortizado		27.176	25.287	528.992	852.615
Contas a receber	4.1	14.989	9.848	516.204	835.385
Outras contas a receber	-	12.187	15.439	12.788	17.230
Valor justo pelo resultado (*)		552.353	275.094	889.342	404.675
Caixa e bancos	3.1	5.478	571	253.253	79.082
Equivalente de caixa	3.1	385.493	220.828	462.041	333.966
Aplicações financeiras	3.2	131.397	53.695	144.050	70.709
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	29.985	-	29.998	-
Total dos ativos financeiros		579.529	300.381	1.418.334	1.336.372
Passivos financeiros					
Custo amortizado		1.330.636	487.858	2.748.349	1.986.738
Credores por imóveis compromissados	12	412.752	20.		



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - SICOOB UNIÃO
CNPJ - 01.060.307/0001-40

1/3

Relatório da Administração

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - SICOOB UNIÃO, na forma da Legislação em vigor.
1. Política Operacional
Em 2018 o SICOOB UNIÃO completou 23 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.
2. Avaliação de Resultados
No exercício de 2018, o SICOOB UNIÃO obteve um resultado de R\$ 10.770.708,31 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 23,74%.
3. Ativos
Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 73.550.095,90. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 182.563.732,61.
A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:
Carteira Rural R\$ 47.048.103,31 25,77%
Carteira Comercial R\$ 135.515.629,30 74,23%
Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 18,53% da carteira, no montante de R\$ 33.832.724,15.
4. Captações
As captações, no total de R\$ 173.390.190,42, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 18,45%.
As captações encontravam-se assim distribuídas:
Depósitos à Vista R\$55.430.489,71 31,97%
Depósitos a Prazo R\$102.281.348,37 58,99%
Letras de crédito do Agronegócio LCA 15.678.352,34 9,04%
Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o

percentual de 13,88% da captação, no montante de R\$ 24.059.327,68.
5. Patrimônio de Referência - O Patrimônio de Referência do SICOOB UNIÃO era de R\$41.455.299,09. O quadro de associados era composto por 15.551 cooperados, havendo um acréscimo de 8,50% em relação ao mesmo período do exercício anterior. **6. Política de Crédito** - A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB UNIÃO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92,02% nos níveis de "A" a "C". **7. Governança Corporativa** - Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob

Confederação e homologado pela Central. Além do Estatuto Social, são adotados regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento Interno, o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.
Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição. **8. Conselho Fiscal** - Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual. Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.
9. Código de Ética - Todos os integrantes da equipe do SICOOB UNIÃO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. **10. Sistema de Ouvidoria**
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviços dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB UNIÃO registrou 21 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão

de crédito e operações de crédito. Das 21reclamações,09 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop** - De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.
As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014. Ainda nos termos de seu estatuto, a governação do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiais a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias. **Agradecemos** - Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Raul Soares, 15 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos reais - R\$)							
ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017	P A S S I V O	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		188.114.808,55	165.990.569,40	Circulante		214.517.387,02	172.527.668,78
Disponibilidades		3.563.434,87	4.436.512,91	Depósitos	11	157.711.838,08	134.792.288,75
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		227.480,05	4.206.940,24	Depósitos à Vista		55.430.489,71	49.079.904,39
Operações em Depósitos		-	-	Depósitos a Prazo		102.281.348,37	94.712.384,36
Interfinanceiros		227.480,05	4.206.940,24	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12	15.678.352,34	11.584.798,79
Relações Interfinanceiras	5	73.550.095,90	80.452.476,21	Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		15.678.352,34	11.584.798,79
Correspondentes		-	330,00	Relações Interfinanceiras	13	28.915.860,91	14.570.847,54
Centralização Financeira - Cooperativas		73.550.095,90	80.452.146,21	Repasse Interfinanceiros		28.913.080,65	14.569.728,69
Operações de Crédito	6	108.628.778,73	75.158.740,68	Correspondentes		2.780,26	1.118,85
Operações de Crédito (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		113.125.196,10	79.804.659,90	Relações Interdependências	14	5.635.402,03	6.604.370,25
Outros Créditos	7	4.496.417,37	6.465.919,22	Recursos em Trânsito de Terceiros		5.635.402,03	6.604.370,25
Créditos por Avais e Fianças		1.402.751,55	1.331.176,35	Outras Obrigações	15	6.575.933,66	4.975.363,45
Honorários		255.144,48	204.766,39	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemblhados Sociais e Estatutárias		48.105,25	65.634,53
Rendas a Receber		364.986,60	445.073,88	Fiscais e Previdenciárias		1.659.254,40	996.875,19
Diversos		980.913,62	837.869,96	Diversas		685.879,61	543.764,13
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(198.293,15)	(156.533,88)	Exigível a Longo Prazo		4.182.694,40	3.369.089,60
Outros Valores e Bens	8	742.267,45	404.723,01	Relações Interfinanceiras		10.633.584,14	3.016.485,05
Outros Valores e Bens		538.134,67	238.692,74	Repasse Interfinanceiros	13	9.141.696,33	1.770.680,02
(Provisões para Desvalorizações)		(13.850,00)	(13.850,00)	Outras Obrigações	15	1.491.887,81	1.245.805,03
Despesas Antecipadas		217.982,78	179.880,27	Diversas		1.491.887,81	1.245.805,03
Realizável a Longo Prazo		66.995.309,47	33.206.348,02	Patrimônio Líquido	17	45.362.021,11	36.389.650,91
Operações de Crédito	6	65.552.290,58	32.163.000,38	Capital Social		16.546.035,27	16.219.615,51
Operações de Crédito (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		69.438.536,51	34.108.257,18	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)		16.602.923,18	16.294.907,74
Diversos	7	3.886.245,93	1.945.256,80	Reserva de Lucros		(56.887,91)	(75.292,23)
Outros Créditos		1.403.018,89	1.043.347,64	Reserva de Lucros		26.085.685,70	17.538.060,95
Diversos		1.403.018,89	1.043.347,64	Sobras Acumuladas		2.730.300,14	2.631.974,45
Investimentos	9	6.976.961,48	5.257.903,44				
Participações em Cooperativas		6.936.910,48	5.217.852,44				
Outros Investimentos		40.051,00	40.051,00				
Imobilizado em Uso	10	8.465.912,77	7.478.983,88				
Imóveis de Uso		1.035.019,47	1.035.019,47				
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		12.048.167,94	10.315.009,06				
		(4.617.274,64)	(3.871.044,65)				
TOTAL DO ATIVO		270.512.992,27	211.933.804,74	TOTAL		270.512.992,27	211.933.804,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos reais - R\$)						
Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Legal		
Saldos em 31/12/2016	15.675.768,93	(137.055,42)	12.797.260,90	2.372.023,03	20.707.997,44	
Destinação de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	-	2.372.023,03	(2.372.023,03)	-	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	606.944,80	61.763,19	-	-	668.707,99	
Por Devolução (-)	(1.003.533,86)	-	-	-	(1.003.533,86)	
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	6.306.365,14	6.306.365,14	
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.042.416,22)	(1.042.416,22)	
Integralização de Juros ao Capital	1.017.363,81	-	-	-	1.017.363,81	
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.635,94)	-	-	-	(1.635,94)	
Destinação das Sobras ou Perdas:						
.Fundo de Reserva	-	-	2.368.777,02	(2.368.777,02)	-	
.F A T E S	-	-	-	(263.197,45)	(263.197,45)	
Saldos em 31/12/2017	16.294.907,74	(75.292,23)	17.538.060,95	2.631.974,45	36.389.650,91	
Saldos em 31/12/2017	16.294.907,74	(75.292,23)	17.538.060,95	2.631.974,45	36.389.650,91	
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	2.631.974,45	(2.631.974,45)	-	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.065.061,04	18.404,32	-	-	1.083.465,36	
Por Devolução (-)	(1.741.584,02)	-	-	-	(1.741.584,02)	
Estorno Capital Subscrito	(200,00)	-	-	-	(200,00)	
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	10.126.863,58	10.126.863,58	
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.025.863,12)	(1.025.863,12)	
Integralização de Juros ao Capital	986.357,36	-	-	-	986.357,36	
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.618,94)	-	-	-	(1.618,94)	
Destinação das Sobras ou Perdas:						
.Fundo de Reserva	-	-	5.915.650,30	(5.915.650,30)	-	
.F A T E S	-	-	-	(455.050,02)	(455.050,02)	
Saldos em 31/12/2018	16.602.923,18	(56.887,91)	26.085.685,70	2.730.300,14	45.362.021,11	
Saldos em 30/06/2018	16.147.517,31	(54.033,29)	20.170.035,40	3.612.289,13	39.875.808,55	
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	-	-	2.631.974,45	(2.631.974,45)	-	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	577.861,40	(2.854,62)	-	-	575.006,78	
Por Devolução (-)	(1.106.993,95)	-	-	-	(1.106.993,95)	
Estorno Capital Subscrito	(200,00)	-	-	-	(200,00)	
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.999.716,15	5.999.716,15	
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(511.004,82)	(511.004,82)	
Integralização de Juros ao Capital	986.357,36	-	-	-	986.357,36	
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.618,94)	-	-	-	(1.618,94)	
Destinação das Sobras ou Perdas:						
.Fundo de Reserva	-	-	5.915.650,30	(5.915.650,30)	-	
.F A T E S	-	-	-	(455.050,02)	(455.050,02)	
Saldos em 31/12/2018	16.602.923,18	(56.887,91)	26.085.685,70	2.730.300,14	45.362.021,11	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos reais - R\$)			
Nota	2º Semestre de 2018		31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	18.217.877,34	34.067.082,53	27.096.389,31
Operações de Crédito	18.210.866,78	33.984.549,87	26.843.253,53
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.010,56	82.532,66	253.135,78
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(6.822.965,41)	(14.231.540,08)	(16.446.564,56)
Operações de Captação no Mercado	(3.675.825,78)	(7.283.082,24)	(9.922.493,61)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.111.547,20)	(1.886.450,85)	(1.584.255,38)
Provisão para Operações de Créditos	(2.035.592,43)	(5.062.006,99)	(4.939.815,57)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	11.394.911,93	19.835.542,45	10.649.824,75
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	(4.731.921,58)	(8.437.304,80)	(3.539.624,02)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	2.766.359,64	5.015.244,37	2.999.369,02
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.382.212,98	4.571.308,63	3.751.626,10
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(6.244.046,41)	(12.078.234,27)	(9.864.230,81)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(5.283.800,25)	(10.184.156,23)	(8.301.998,12)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(205.893,55)	(376.391,22)	(223.784,61)
Ingressos de Depósitos Intercorrelativos	2.239.214,69	4.661.528,04	8.119.718,52
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	1.186.106,39	2.513.533,14	2.042.824,05
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	(1.572.075,07)	(2.560.137,26)	(2.063.148,17)
Resultado Operacional	6.662.990,35	11.398.237,65	7.110



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - SICOOP UNIÃO CNPJ - 01.060.307/0001-40

contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações...

a) Obrigações legais São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por direito.

p) Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183.

q) Segregação em circulante e não circulante Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilidade de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

s) Eventos subsequentes Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

4. Caixa e equivalentes de caixa O caixa e equivalente de caixa compreendem: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

5. Relações interfinanceiras Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Disponibilidades 3.790.914,92 8.643.453,15

6. Operações de crédito a) Composição da carteira de crédito por modalidade: Modalidade 31/12/2018 31/12/2017 Circulante Não Circulante Total

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999: Nível / Percentual de Risco / Situação

Table with columns: AA, A, B, C, D, E, F, G, H, Total, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Normal, Vencidas, and various percentages.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias): Sem Vencimento Até 90 De 91 a 360 Acima de 360 Total

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica: Descrição Vencimento Até 90 De 91 a 360 Acima de 360 Total

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito: Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Saldo inicial 6.591.176,02 6.080.506,13

f) Concentração dos Principais Devedores: Descrição 31/12/2018 31/12/2017 % Carteira Total % Carteira Total

g) Recalculação de Operações de Crédito: Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

h) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

i) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

j) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

k) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

l) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

m) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

n) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

o) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

p) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

q) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

r) Operações de Crédito 31/12/2018 31/12/2017 Rendas de Adiantamentos a depositantes 381.119,40 264.837,84

despesas diversas (R\$121.302,82) diferenças de compensação a receber do BANCOOP (R\$216.630,76) e outros (R\$116.894,59).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Nível / Percentual de Risco, Avalis e Fianças, Provisões, Total em, Provisões. Rows include E, F, G, H, Total Geral, Provisões, Total Líquido.

8. Outros valores e bens Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Bens Não de Uso Próprio 519.170,72 208.400,00

9. Investimentos O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOP CREDIMINAS e ações do BANCOOP.

10. Imobilizado de uso Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Table with columns: Descrição, Depreciação a.a., 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Imobilizações em Curso, Terrenos, Edificações, Móveis e Equipamentos, etc.

11. Depósitos É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Despesas de Depósitos de Aviso Prévio 44.803,87 68.975,09

13. Obrigações por empréstimos e repasses São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

14. Relações interdependências Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

15. Outras Obrigações Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados 48.105,25 65.634,53

16. Instrumentos financeiros O SICOOP UNIÃO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

17. Patrimônio líquido a) Capital Social O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados.

b) Reserva Legal Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 65%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Destinações estatutárias e legais De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

18. Resultado de atos não cooperativos O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

19. Pagamento de Juros ao Capital. A cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09.

20. Outros ingressos/rendas operacionais Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Recuperação de Encargos e Despesas 413.262,40 530.600,12

21. Outros dispêndios/despesas operacionais Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Lucros na Alienação de Valores e Bens 24.350,00 9.807,57

22. Resultado não operacional Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Lucros na Alienação de Valores e Bens 24.350,00 9.807,57

23. Partes Relacionadas As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

24. Natureza da Operação de Crédito Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Empréstimo 161.717,51 152,70

25. Natureza dos Depósitos Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Depósitos a Vista 146.078,05 0,26%

26. Montante das Operações Ativas Descrição 31/12/2018 31/12/2017 P.R. - Vínculo de Grupo Econômico 190.344,76 0,04%

27. Natureza da Operação de Crédito Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Empréstimo 161.717,51 152,70

28. Natureza dos Depósitos Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Depósitos a Vista 146.078,05 0,26%

29. Montante das Operações Passivas Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2018: 342.496 0,19%

30. Natureza da Operação de Crédito Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Empréstimo 161.717,51 152,70

31. Natureza dos Depósitos Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Depósitos a Vista 146.078,05 0,26%

32. Montante das Operações Ativas Descrição 31/12/2018 31/12/2017 P.R. - Vínculo de Grupo Econômico 190.344,76 0,04%

33. Natureza da Operação de Crédito Descrição 31/12/2018 31/12/2017 Empréstimo 161.717,51 152,70

(c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(e) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(f) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(g) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(h) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(i) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(j) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(k) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(l) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(m) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(n) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(o) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(p) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(q) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(r) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(s) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(t) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(u) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(v) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(w) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(x) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(y) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(z) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(aa) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(ab) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(ac) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(ad) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(ae) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(af) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(ag) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(ah) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(ai) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.303.445,32), diferenças de compensação a acerto com o BANCOOP (R\$209.463,32) e outros (R\$176.913,13).

(aj) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrições concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - SICOOB UNIÃO
 CNPJ - 01.060.307/0001-40

3/3

Natureza das Operações Ativas e Passivas

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Relacionadas	Porcentagem
Empréstimos	2,08%	
Financiamento	1,62%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90,93%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos 0,09%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	20.664,96
Empréstimos e Financiamentos	265.299,80
Títulos Descontados	7.592,03

No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018
Honorários	791.815,04
Gratificações da Diretoria	69.258,07
13º Salário	24,09
Conselheiros de Administração	141.786,84
Seguros, Diretoria e Conselho Administração	1.485,79
INSS	218.617,89
Plano de Saúde	12.777,07
Total	1.235.764,79

24. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB UNIÃO em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outros.

O SICOOB UNIÃO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	73.550.095,90	80.452.146,21
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	6.936.910,48	5.217.852,44

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de

22/08/2018, com opinião sem modificação.

25. Gerenciamento Centralizado de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

1.1. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

1.2. Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a. utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b. análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c. definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d. realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e. definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f. projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g. diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

1.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

1.4. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

1.5. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - Sicoob União Raul Soares / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. - Sicoob União, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob União em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

CONDOMÍNIO CENTRO EMPRESARIAL GERSON DIAS
BELO HORIZONTE, 11 DE MARÇO DE 2019.
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.

Na condição de síndico, convoco todos condôminos proprietários de Unidades do Centro Empresarial Gerson Dias, para participarem da Assembléia Geral Ordinária do Condomínio a realizar-se no dia 28 de Março de 2019, às 19 horas em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos proprietários e de no mínimo 2/3 dos condôminos quietes, no Auditório do Prédio (3º andar) ou às 19:30 horas, em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de condôminos, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e aprovação das contas relativas à gestão do período de 24/03/2018 à 25/03/2019;
2. Eleição do Síndico, Subsíndico e Conselho Consultivo para o próximo período;
3. Apresentação e deliberação do projeto de segurança e controle de acesso da portaria e garagens.

Atenciosamente,

Pedro Natal do Nascimento
Síndico



ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

SAAE DE SÃO LOURENÇO/MG
Aviso

Pregão Presencial nº 004/2019. Objeto: Aquisição de pó de café. Data: 22/03/2019 às 14:15h. Edital na íntegra disponível no site: www.saesaoulourenco.mg.gov.br.

FEDERAÇÃO DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DE CARGAS E BENS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FETAC-MG

Rua Dr. Zeferino Mota 43 - Bairro Santa Maria - Belo Horizonte - Minas Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital convoco os Delegados Representantes dos Sindicatos filiados, para uma Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na sede da Federação, no endereço acima, no dia 16 de Março de 2019, às 09:00 horas em primeira convocação, para tratar da seguinte Ordem do dia: a) Leitura da ata da assembleia geral anterior; b) Filiação da Federação junto a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA. Não havendo quórum em primeira convocação, a AGE será realizada em segunda convocação, uma hora após, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes. Belo Horizonte, 12 de Março de 2019.

Antônio Vander Silva Reis - Presidente da Federação.

MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ/MF no. 43.214.055/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.

Uberlândia (MG), 27 de fevereiro de 2019

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	31/12/18	31/12/17	Passivo e patrimônio líquido	31/12/18	31/12/17
Circulante	1.328.362	1.262.137	Circulante	878.399	888.400
Não circulante			Não circulante	263.978	223.896
Realizável a longo prazo	109.627	117.662	Patrimônio líquido		
Investimentos	49.719	49.760	Capital social	124.738	124.738
Imobilizado	32.878	39.669	Reserva de lucros	270.674	249.699
Intangível	17.203	17.505		395.412	374.437
	209.427	224.596			
Total do ativo	1.537.789	1.486.733	Total do passivo e patrimônio líquido	1.537.789	1.486.733

DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
Receita operacional líquida	4.089.587	4.230.906
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.276.147)	(3.408.564)
Lucro bruto	813.440	822.342
Despesas operacionais	(773.067)	(772.165)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.373	50.177
Imposto de renda e contribuição social	(12.406)	(10.492)
Lucro líquido do exercício	27.967	39.685

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e Notas Explicativas estão sendo publicadas nesta mesma data, no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma resumida, e estão disponíveis na sede da empresa, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.

ALMART ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº: 73.814.311/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com a legislação em vigor e em obediência aos dispositivos de nossos estatutos, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras comparativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A administração estará como sempre à inteira disposição dos senhores acionistas para os esclarecimentos julgados necessários.

Uberlândia (MG), 01 de março de 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL CONDENSADO EM 31 DE DEZEMBRO					
(Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	31/12/18	31/12/17	Passivo e patrimônio líquido	31/12/18	31/12/17
Circulante	10.429	18.690	Circulante	58.157	59.504
Não circulante			Não circulante	3.087	4.211
Investimentos	432.659	405.683	Patrimônio líquido		
Imobilizado e Intangível	5.063	5.996	Capital social	82.431	82.431
	437.722	411.679	Reservas de capital	262	262
			Reserva de lucros	304.214	283.961
Total do ativo	448.151	430.369		386.907	366.654
			Total do passivo e patrimônio líquido	448.151	430.369

DEMONSTRAÇÃO SINTÉTICA DO RESULTADO		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais	35.004	42.953
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	35.004	42.953
Imposto de renda e contribuição social	-	37
Lucro líquido do exercício	35.004	42.990

DIRETORIA

Alair Martins do Nascimento
Diretor Presidente

Juscelino Fernandes Martins
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Alair Martins Júnior
Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

CONTADOR

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 "T" MG

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e Notas Explicativas estão sendo publicadas nesta mesma data, no jornal Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em forma resumida, e estão disponíveis na sede da empresa, na sua íntegra e acompanhadas do Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA. CNPJ: 01.864.151/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Municipais das Prefeituras de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda. - SICOOP CREDISERV, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional. Em 2018 o SICOOP CREDISERV completou 22 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos. **2. Avaliação de Resultados.** No exercício de 2018, o SICOOP CREDISERV obteve um resultado de R\$ 1.197.339,96 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,13%. **3. Ativos.** Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 6.230.561,10. Por sua vez a carteira de crédito comercial representava R\$ 16.951.449,06. Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 6,93% da carteira, no montante de R\$ 1.176.487,15. **4. Captação.** As captações, no total de R\$ 9.676.632,63, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 35,40%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 909.065,42	9,39%
Depósitos a Prazo	R\$ 8.767.567,21	90,61%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 50,14% da captação, no montante de R\$ 4.851.653,84. **5. Patrimônio Líquido.** O Patrimônio Líquido de Referência do SICOOP CREDISERV é de R\$11.599.898,50. O quadro de associados é composto por 6.753 Cooperados, havendo um acréscimo de 12,03% em relação ao mesmo período do exercício anterior. **6. Política de Crédito.** A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo

limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOP CREDISERV adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa. Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião com os delegados representantes de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOP CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatório, levado ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central. Além do Estatuto Social, são adotados regulamentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a

remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal. Eleito por três anos na AGO de 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual. Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOP CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética. Todos os integrantes da equipe do SICOOP CREDISERV aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOP - SICOOP CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria. A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOP, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOP CREDISERV registrou 14 (quatorze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações procedentes e improcedentes, solicitando pedidos de esclarecimento de dúvidas e de providências relacionadas a operações de crédito, distribuição de sobras e conta corrente. Todas as manifestações, sendo 07 (sete) improcedentes e 07 (sete) procedentes parcialmente, foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop. De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação

de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contrair operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Conforme previsto no art. 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros. As contribuições ao FGCoop pelas instituições e ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias. **Agradecimentos.** Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, e aos funcionários e colaboradores pela dedicação. Belo Horizonte (MG), 07 de fevereiro de 2019. **Conselho de Administração e Diretoria**

José Lcampert - Diretor Presidente
Federico José de Mattos - Diretor Administrativo/Financeiro
Antônio Edison Fernandes de Andrade - Diretor de Relações Institucionais
Ademir Roberto - Diretor Administrativo
Claudia Regina de Souza - Conselheiro Administrativo
Galdino Leles da Silva - Conselheiro Administrativo
Luiz Gonzaga Dias - Conselheiro Administrativo
Maria Aparecida Monteiro Oliveira - Conselheiro Administrativo
Osni Sebastião da Silva - Conselheiro Administrativo
Renato Pereira Gomes - Conselheiro Administrativo
Robson Aparecido Torrezani - Conselheiro Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE ZEMBRO DE 2018 E 2017

	Em Reais		Em Reais	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A T I V O				
Circulante	12.626.278,78	9.594.417,29	11.532.529,03	8.658.808,88
Disponibilidades	191.164,90	58.258,36	9.676.632,63	7.146.890,96
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	6.230.561,10	3.790.150,29	909.065,42	548.529,91
Centralização Financeira - Cooperativas	6.230.561,10	3.790.150,29	8.767.567,21	6.598.361,05
Operações de Crédito (Nota 5)	5.976.021,80	5.680.613,99	277.943,89	-
Operações de Crédito (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	6.978.161,60	6.449.346,45	277.943,89	-
(1.002.139,80)	(768.732,46)	-	-	-
Outros Créditos (Nota 6)	182.098,46	36.618,11	1.577.952,51	1.511.917,92
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	25.004,21	1.050,84	2.760,29	7.578,18
Recenda a Receber	36.278,53	29.803,46	1.107.861,86	1.145.218,54
Diversos	136.593,16	6.814,65	63.621,26	59.780,63
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(15.777,44)	(1.050,84)	403.700,10	299.340,57
Outros Valores e Bens (Nota 7)	46.432,52	28.776,54	391.963,24	1.381.447,28
Despesas Antecipadas	46.432,52	28.776,54	309.798,28	1.336.447,28
Realizável a Longo Prazo	9.973.287,46	9.854.546,58	82.164,96	44.999,96
Operações de Crédito (Nota 5)	9.973.287,46	9.854.546,58	82.164,96	44.999,96
Operações de Crédito	9.973.287,46	9.854.546,58	-	-
Permanente	2.355.677,61	2.115.297,24	13.030.751,58	11.524.004,99
Investimentos (Nota 8)	1.749.027,60	1.579.049,83	11.765.455,88	10.549.346,91
Participações em Cooperativas	1.742.327,60	1.572.349,83	11.765.455,88	10.555.003,91
Outros Investimentos	6.700,00	6.700,00	(372,00)	(5.657,00)
Imobilizado em Uso (Nota 9)	604.001,91	523.260,00	841.477,60	791.616,65
Imóveis de Uso	699.749,51	629.621,82	423.818,10	183.041,43
Outras Imobilizações de Uso	309.431,16	249.986,90	-	-
(Depreciações Acumuladas)	(405.178,76)	(356.348,72)	-	-
Intangível (Nota 10)	2.648,10	12.987,41	-	-
Ativos Intangíveis	83.313,65	83.313,65	-	-
(Amortização Acumulada)	(80.665,55)	(70.326,24)	-	-
TOTAL DO ATIVO	24.955.243,85	21.564.261,11	24.955.243,85	21.564.261,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE SOBROS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2018 E 2017

	Em Reais		Em Reais	
	Segundo Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
DESCRIMINAÇÃO				
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.768.723,38	5.355.588,60	4.684.377,22	4.684.377,22
Operações de Crédito (Nota 17.1)	2.768.723,38	5.355.588,60	4.684.377,22	4.684.377,22
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 18.1)	(895.654,88)	(1.524.747,89)	(1.377.772,19)	(1.377.772,19)
Operações de Captação no Mercado	(241.628,80)	(440.620,75)	(538.692,53)	(538.692,53)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(28.904,52)	(73.458,30)	(125.138,65)	(125.138,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(625.121,56)	(1.010.668,84)	(713.941,01)	(713.941,01)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.873.068,50	3.830.840,71	3.306.605,03	3.306.605,03
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	(1.454.403,43)	(2.621.010,11)	(2.227.367,24)	(2.227.367,24)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	26.776,00	48.124,72	34.562,24	34.562,24
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(870.559,86)	(1.645.638,81)	(1.380.682,38)	(1.380.682,38)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(751.991,46)	(1.421.560,14)	(1.229.774,29)	(1.229.774,29)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(13.804,12)	(25.574,97)	(21.325,85)	(21.325,85)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 17)	40.496,67	237.844,00	194.396,01	194.396,01
Ingressos de Depósitos Intercapitalizados	145.828,84	241.867,55	271.949,49	271.949,49
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 18)	(31.149,50)	(56.072,46)	(96.492,46)	(96.492,46)
RESULTADO OPERACIONAL	418.665,07	1.209.830,60	1.079.237,79	1.079.237,79
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	-	(3.238,13)	795,47	795,47
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	418.665,07	1.206.592,47	1.080.032,26	1.080.032,26
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(8.493,09)	(9.251,51)	(3.444,76)	(3.444,76)
Provisão para Imposto de Renda	(235,07)	(590,58)	(1.614,73)	(1.614,73)
Provisão para Contribuição Social	(266,41)	(669,32)	(1.830,03)	(1.830,03)
Participações no Lucro (Sobra)	(7.991,61)	(7.991,61)	-	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	(79.976,36)	(41.256,56)	(41.256,56)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(30.115,41)	(197.722,28)	(197.722,28)
Reserva Legal	-	(49.860,95)	(21.534,28)	(21.534,28)
LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 19)	410.171,98	1.117.363,60	1.035.331,94	1.035.331,94
LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	(283.373,52)	423.818,10	183.041,43	183.041,43

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2017

	Em Reais		Em Reais	
	Segundo Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
DESCRIÇÃO				
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Exercício	418.665,07	1.206.592,47	1.080.032,26	1.080.032,26
IRPJ / CSLL	(501,48)	(1.259,90)	(3.444,76)	(3.444,76)
Participações no Lucro (Sobra)	(7.991,61)	(7.991,61)	-	-
Provisão para Operações de Crédito	222.467,72	233.407,34	169.070,96	169.070,96
Provisão de Juros ao Capital	(693.545,50)	(693.545,50)	(852.290,51)	(852.290,51)
Depreciações e Amortizações	30.995,94	59.169,35	57.289,18	57.289,18
(29.909,86)	796.371,15	450.658,13	450.658,13	450.658,13
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito	270.641,43	(647.556,03)	(1.740.356,62)	(1.740.356,62)
Outros Créditos	125.672,86	(145.480,35)	22.594,39	22.594,39
Outros Valores e Bens	21.705,63	(1.655,98)	5.424,51	5.424,51
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista	205.168,13	360.535,51	159.582,19	159.582,19
Depósitos a Prazo	2.112.300,44	2.169.206,16	1.150.821,54	1.150.821,54
Outras Obrigações	9.869,41	103.199,59	670.079,83	670.079,83
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(387.592,26)	(748.705,11)	308.090,06	308.090,06
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	2.327.855,78	1.869.914,94	1.026.894,03	1.026.894,03
Atividades de Investimentos				
Inversões em Imobilizado de Uso	(104.163,06)	(129.983,77)	(12.375,78)	(12.375,78)
Inversões em Investimentos	-	(169.977,77)	(157.081,75)	(157.081,75)
Outros Ajustes	381,79	411,82	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(103.781,27)	(299.549,72)	(169.457,53)	(169.457,53)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	1.538.913,06	2.325.189,75	1.446.156,44	1.446.156,44
Devolução de Capital a Cooperados	(563.753,35)	(1.109.054,93)	(1.366.493,69)	(1.366.493,69)
Estorno de Capital	(50,00)	(50,00)	(426,00)	(426,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar	-	(5.448,73)	(5.054,41)	(5.054,41)
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	-	-	-
Ao FATES	-	(177.401,42)	(304.129,92)	(304.129,92)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(5.184,93)	(5.184,93)	(8.955,14)	(8.955,14)
FATES Sobras Exercício	(24.930,48)	(24.930,48)	(10.767,14)	(10.767,14)
Subscrição do Juros ao Capital	-	-	808.274,64	808.274,64
IRRF sobre Juros ao Capital	(167,13)	(167,13)	(505,35)	(505,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	944.827,17	1.002.952,13	558.099,43	558.099,43
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	3.168.901,68	2.573.317,35	1.415.535,93	1.415.535,93
Modificações em Disponibilidades Líquidas				
No Início do Período	3.252.824,32	3.848.408,65	2.432.872,72	2.432.872,72
No Fim do Período (Nota 3 - c)	6.421.726,00	6.421.726,00	3.848.408,65	3.848.408,65
Varição Líquida das Disponibilidades	3.168.901,68	2.573.317,35	1.415.535,93	1.415.535,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE ZEMBRO DE 2017

Eventos	Capital		Reservas de Sobras Legais		Sobras ou Perdas Acumuladas		Em Reais	
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Sobras Legais	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	Totais	Totais	
Saldo em 31/12/2016	9.672.469							


COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUA DOS SERVIDORES E EMPREGADOS MUNICIPAIS DAS PREFEITURAS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA. CNPJ: 01.864.151/0001-50

2/2

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Emprestimos	2.461.727,33	4.467.022,76	9.973.287,46	16.902.037,55
Conta Corrente	49.411,51	0,00	0,00	49.411,51
TOTAL	2.511.138,84	4.467.022,76	9.973.287,46	16.951.449,06

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Emprestimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Pessoa Física	49.411,51	16.820.614,34	16.870.025,86	100%
Outros	0	81.423,21	81.423,21	0%
TOTAL	49.411,51	16.902.037,55	16.951.449,07	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	768.732,10	602.865,54
Constituições	995.942,15	713.583,04
Reversões	-762.534,90	-547.716,48
TOTAL	1.002.139,35	768.732,10

O Sicoop Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira	31/12/2017	% Carteira
Major Devedor	81.680,83	0,48%	71.526,42	0,00%
10 Maiores Devedores	662.561,78	3,90%	569.606,26	3,00%
50 Maiores Devedores	2.203.828,96	13,98%	2.042.191,35	13,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	1.567.892,37	1.128.870,38
Constituições	762.534,90	547.716,48
Reversões	(224.795,12)	(108.694,49)
TOTAL	2.105.632,15	1.567.892,37

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honoradas	25.004,21	1.050,84
Rendas a Receber	36.278,53	29.803,46
Diversos (a)	136.593,16	6.814,65
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	-15.777,44	-1.050,84
TOTAL	182.098,46	36.618,11

(a) Refere-se a Pendências a regularizar (R\$48.157,03), Pendências conta corrente (R\$ 85.286,67), Adiantamento de férias (R\$ 1.197,50) e Outros (R\$ 1.941,96).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual	Avais e Fianças Honoradas	Total em Provisões	31/12/2018	31/12/2017	Provisões de Risco / Situação	31/12/2018	31/12/2017
E 30% Vencidas	4.735,81	4.735,81	-1.420,74	0,00	F 50% Vencidas	3.143,97	3.143,97
F 50% Vencidas	3.143,97	3.143,97	-1.571,99	0,00	G 70% Vencidas	14.465,72	14.465,72
G 70% Vencidas	14.465,72	14.465,72	-10.126,00	0,00	H 100% Vencidas	2.658,71	2.658,71
H 100% Vencidas	2.658,71	2.658,71	-2.658,71	1.050,84	Total Vencidos	25.004,21	25.004,21
Total Vencidos	25.004,21	25.004,21	-15.777,44	1.050,84	Total Geral	25.004,21	25.004,21
Total Geral	25.004,21	25.004,21	-15.777,44	1.050,84	Provisões	-15.777,44	-15.777,44
Provisões	-15.777,44	-15.777,44	1.050,84	0,00	Total Líquido	9.226,77	9.226,77
Total Líquido	9.226,77	9.226,77	0,00	0,00			

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Antecipadas (a)	46.432,52	28.776,54
TOTAL	46.432,52	28.776,54

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos Prêmios de seguros, Contribuição sindical, Vale alimentação, Vale transporte, Unimed, Contribuição ao fundo de liquidez, Cnac e Outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOP CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	1.086.295,18	990.163,23
Participações inst. Financ. controlada coop. crédito	656.032,42	582.186,60
Outros Investimentos	6.700,00	6.700,00
TOTAL	1.749.027,60	1.579.049,83

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos		15.635,74	15.635,74
Edificações	4%	684.113,77	613.996,08
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-199.481,60	-174.610,35
Móveis e equipamentos de Uso	10%	153.193,35	139.853,87
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-105.456,51	-92.335,68
Sistema de Comunicação	20%	12.688,64	12.688,64
Sistema de Processamento de Dados	10%	115.273,25	70.154,27
Sistema de Segurança	10%	28.275,92	27.290,12
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-100.240,65	-89.402,69
TOTAL		604.001,91	523.260,00

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	909.065,42		548.529,91	
Depósito a Prazo	8.767.567,21	0,47	6.598.361,05	0,51
TOTAL	9.676.632,63		7.146.890,96	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira	31/12/2017	% Carteira
Major Depositante	1.869.304,06	20,00%	289.490,47	4,00%
10 Maiores Depositantes	3.700.419,72	39,00%	2.053.687,54	30,00%
50 Maiores Depositantes	6.662.028,31	70,00%	4.575.019,34	66,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-428.898,55	-529.074,70
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-11.722,20	-9.617,83
TOTAL	-440.620,75	-538.692,53

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central			587.742,17	1.336.447,28
TOTAL			587.742,17	1.336.447,28

12. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.760,29	7.578,18
Sociais e Estatutárias	1.107.861,86	1.145.218,54
Fiscais e Previdenciárias	63.621,26	59.780,63
Diversas	485.874,06	344.340,53

TOTAL 1.660.117,47 1.556.917,88

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros (a)	7.991,61	0,00
Resultado de Atos com Associados	30.115,41	19.792,38
Colas de Capital a Pagar (b)	1.069.754,84	1.125.426,16
TOTAL	1.107.861,86	1.145.218,36

(a) Refere-se ao acordo coletivo de Participação nos Lucros celebrado no exercício de 2018 entre o Sicoop Crediserv e O Sintracoop.

(b) Refere-se às colas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	0,00	1,69
Impostos e contribuições a recolher	63.621,26	59.778,94
TOTAL	63.621,26	59.780,63

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	16.369,68	36.763,79
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	161,74	1.806,33
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	212.713,19	118.000,20
Provisão para Passivos Contingentes (b)	82.164,96	44.999,96
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	5.870,76	775,91
Credores Diversos - País	168.593,73	141.994,34
TOTAL	485.874,06	344.340,53

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 140.233,11), outras despesas administrativas (R\$ 72.480,08), tais como: auditoria externa, plano de saúde, propaganda de publicidade, segurança e vigilância, comunicação e estagiários a pagar.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para contingências trabalhistas (R\$ 39.999,96) e contingências cíveis (R\$ 42.165,00).

13. Instrumentos financeiros

O SICOOP CREDISERV opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	11.765.455,88	10.549.346,91
Associados	6.753	6.028
Reserva Legal		
Reservada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.		
Sobras Acumuladas		
Sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.		
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/04/2018, os delegados representantes dos cooperados deliberaram sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 183.041,43, de acordo com a movimentação de cada associado.		
Destinações estatutárias e legais		
Sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:		

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	503.794,46	224.297,99
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(5.184,93)	(8.955,14)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	498.609,53	215.342,85
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(49.860,95)	(21.534,28)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(24.930,48)	(10.767,14)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	423.818,10	183.041,43

15. Resultado de atos não cooperativos
O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços com não associados	8.517,37	12.399,91
(-) Despesas de IRPJ sobre atos não cooperativos	(590,58)	(1.614,74)
(-) Despesas de CSSL sobre atos não cooperativos	(669,32)	(1.830,03)
(-) Receitas Quotas de Consórcios	(941,24)	
(-) Receitas Vendas de Seguros	(1.131,30)	
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	5.184,93	8.955,14

16. Provisão de Juros ao Capital (somente se aplicável)

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	30.128,49	41.451,75
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	3.390,44	1.766,38
Rendas Juros Cartão De Crédito	22.443,63	3.810,25
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	0,00	69,74
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	3.443,25	1.583,48
Rendas Intercâmbio - cartão De Debito	3.706,64	1.182,29
Dividendos	73.844,71	68.958,30
Distribuição De Sobras Da Central	96.131,95	0,00
Outras Rendas Operacionais	4.754,89	75.573,82
TOTAL	237.844,00	194.396,01

17.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	9.873,93	237,65
Rendas de Empréstimos	5.102.306,32	4.563.399,00
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	243.408,35	120.740,57
TOTAL	5.355.588,60	4.684.377,22

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Outras Despesas Operacionais	-47.587,17	-95.217,15
Garantias Financeiras Prestadas	-8.485,29	-1.275,31
TOTAL	-56.072,46	

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL PARA INTIMAÇÃO

ANITA GOMES CORREIA

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa – MG, em cumprimento ao disposto no art. 26 da lei 9.514/97 e a requerimento do(a) credor(a), vem intimar o(a)(s) devedor(a)(res) fiduciante(s) **Anita Gomes Correia**, portador(a) do CPF nº 061.561.046-31, a fim de comparecer(em) neste Cartório, situado na rua Maria Junqueira, 175, Bairro Brant, nesta cidade de Lagoa Santa – MG, no prazo irrevogável de 15(quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital, onde deverá ser efetuada a purga do débito para cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, referente ao contrato de Compra e Venda, firmado em 27.03.2015 garantido por alienação fiduciária, registrado sob o nº R-4 da matrícula 35.382, do livro 02, deste Cartório, referente ao imóvel situado na Rua Santa Cruz, nº 300, bloco A, apartamento 204, Condomínio Residencial Ville Lisboa, Bairro Palmital, em Lagoa Santa – MG, CEP 33.400-000. O valor destes encargos, posicionados em 07 de fevereiro de 2019, corresponde a R\$ 11.794,61 (onze mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem nesse período. O pagamento da quantia especificada deverá ser efetuado diretamente ao(a) credor(a) ou, nesta serventia, em cheque administrativo ou visado, nominal o(a) credor(a) fiduciário(a) ou seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) – Banco do Brasil S/A - nos termos do art.26 §7º da Lei 9.514/97.

Lagoa Santa, 07 de fevereiro de 2019.

Danilo de Assis Faria
Oficial

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAGOA SANTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL PARA INTIMAÇÃO

GUILHERME MARCELINO CORREA MAIA

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa – MG, em cumprimento ao disposto no art. 26 da lei 9.514/97 e a requerimento do(a) credor(a), vem intimar o(a)(s) devedor(a)(res) fiduciante(s) **Guilherme Marcelino Correa Maia**, portador(a) do CPF nº 108.243.336-59, a fim de comparecer(em) neste Cartório, situado na rua Maria Junqueira, 175, Bairro Brant, nesta cidade de Lagoa Santa – MG, no prazo irrevogável de 15(quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital, onde deverá ser efetuada a purga do débito para cumprir as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, referente ao contrato de Compra e Venda, nº 224.105.140, firmado em 29.07.2014 garantido por alienação fiduciária, registrado sob o nº R-6 da matrícula 36.817, do livro 02, deste Cartório, referente ao imóvel situado na Rua Firmino Gonçalves nº 25, Bloco 11, apto 308, Bairro Palmital, em Lagoa Santa – MG, CEP 33.400-000. O valor destes encargos, posicionados em 27 de fevereiro de 2019, corresponde a R\$ 17.141,05 (dezessete mil, cento e quarenta e um reais e cinco centavos), sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem nesse período. O pagamento da quantia especificada deverá ser efetuado diretamente ao(a) credor(a) ou, nesta serventia, em cheque administrativo ou visado, nominal o(a) credor(a) fiduciário(a) ou seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a) – BANCO DO BRASIL S/A - nos termos do art.26 §7º da Lei 9.514/97.

Lagoa Santa, 27 de fevereiro de 2019.

Danilo de Assis Faria
Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 014/2019, Pregão Presencial nº 010/2019, Registro de Preços nº 009/2019, com abertura para o dia 26 de março de 2019 às 12:30, objeto: Registro de Preços para aquisição de veículos automotivos em atendimento as diversas Secretarias desta Municipalidade. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó – MG, CEP 36.834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br. Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal. 11 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019 - OBJETO: Eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios, para atender diversas secretarias municipais, incluindo merenda escolar, neste município. Data de julgamento/credenciamento: 27/03/2019 às 08:30 horas. Maiores informações na sede da prefeitura, pelo e-mail: compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1123 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas, Itacambira 11 de março de 2019.

Ass. Geraldo Carlos Soares de Oliveira – Pregoeiro Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Instituto Cabo Valério de Cidadania – ICVC, José Ulisses da Silva, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto da Entidade, convoca todos os associados em condições de voto, para a Assembleia Geral Ordinária – AGO, para deliberar sobre os dispostos no art. 19º item I e VI combinados com o item I do art. 20º e, em conformidade com o art. 22. A Assembleia se dará na sede do ICVC, av. Brasil 283/sala 506, às 16h00min do dia 29 de março de 2019 em primeira chamada com 50% dos associados presentes, se não houver quórum, deliberará em segunda chamada uma hora após com qualquer quórum presente, nos termos do §2º do art. 19. A Assembleia só deliberará sobre o assunto para o qual foi convocada.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019.

José Ulisses da Silva
Presidente do ICVC

SIGMA MINERAÇÃO S.A., por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 06839/2017, Licença Ambiental Concomitante (LAC 2) – Licença Previa (LP) + Licença de Instalação (LI) e posterior Licença de Operação (LO), para as atividades de Lavra a Céu Aberto (A-02-01-1); Pilha de Rejeito/Estéril (A-05-04-5); Unidade de Tratamento de Minérios (UTM) a Seco (A-05-01-0); UTM a Úmido (A-05-02-0); Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação (F-06-01-7).

O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha (SUPRAM Jequitinhonha).

O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 24 de agosto de 2018, na SUPRAM Jequitinhonha, dentro do prazo de até no mínimo quarenta e cinco dias.

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Ubá
Edital de Leilão 001/2019-P. 1138/2019 – **Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão online 02/04/2019, a partir das 13:00 horas, seus bens inservíveis, veículos, pneus diversos. Local de visitação: Pátio da SMAMU (Rua Alvimar Miquelito - antigo Tiro de Guerra) e SMO (Av. Dos Andradas, 123). Dias de visitação: 26/03/2019 a 02/04/2019 no horário de 08:00 às 11:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG Torna público a realização de Processo Nº 016/2019 - Pregão Nº 014/2019 – Objeto: Aquisição de Unidades Móveis para transporte de Equipes – Veículo tipo passeio 0KM, Conforme Proposta nº18222.648000/1180-03. Sessão de recebimento de propostas e Julgamento: 22/03/2019 às 09h. Informações Prefeitura ou pelo telefone: 0xx38-3675-1121 ou pelo email licitabonfinopolis@gmail.com.

Bonfinópolis de Minas - MG, 11 de março de 2019.

Nádylla Aparecida Silva e Souza – Pregoeira - Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGOLÂNDIA/MG

Aviso de Licitação

PL nº 001/2019 - TP nº 001/2019, tipo: Menor Preço Global; destinada a Contratação de Empresa para prestação de serviço de natureza administrativa consistindo na apuração de crédito fiscal e previdenciário junto ao órgão federal bem como créditos fiscais próprios. Entrega dos envelopes de habilitação e proposta dia 28/03/2019, às 09h. O Edital completo e-mail: licitacaovirgolandia@hotmail.com ou adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Virgolândia, no horário de 08 às 11h e de 14 às 16h. Infor. Tel. (33) 3295-1606.

(A) **Arnaldo de Oliveira Braga**
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG

A Prefeitura Municipal de Bonito de Minas/MG, torna público a realização da **Chamada Publica nº 001/2019 Processo Licitatório nº 013/2019**. Objeto: Credenciamento de Médicos. Prazo para apresentação de credenciamento de 13/03/2019 até às 13:00 horas do dia: 28/03/2019. licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - OBJETO: Eventual e futura aquisição de materiais de limpeza, destinados a diversas Secretarias Municipais, neste município. Data de julgamento/credenciamento: 26/03/2019 às 08:30 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail: compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Itacambira 11 de março de 2019.

Ass. Geraldo Carlos Soares de Oliveira – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

O Pregoeiro e Equipe de Apoio informam que realizará **Processo Licitatório 27/2019 - Pregão Presencial N.º 019/2019 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**. As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 26/03/2019. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, nº 27 – Centro – S.G.R.A. O edital completo poderá ser obtido no mesmo endereço ou através do site oficial do órgão: www.saogoncalo.mg.gov.br. S. G. R. Abaixo, 11 de março de 2019.

Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

O Pregoeiro e Equipe de Apoio informam que realizará **Processo Licitatório 19/2019 - Pregão Presencial N.º 015/2019 - Aquisição gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo do Rio Abaixo**. As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 25/03/2019. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, nº 27 – Centro – S.G.R.A. O edital completo poderá ser obtido no mesmo endereço ou através do site oficial do órgão: www.saogoncalo.mg.gov.br. S. G. R. Abaixo, 11 de março de 2019.

Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Referente ao **Processo Licitatório N.º 015/2019, Pregão Presencial N.º 011/2019 – Contratação de empresa para locação e / ou cessão de direito de uso (locação) de Programa de Computador (Software)**, nas áreas de Planejamento Institucional / Governamental; Controle Interno; Gestão de Materiais (Contratações Públicas, Almoxarifado, Patrimônio, Controle de Frota); Gestão Tributária; Contabilidade Pública e Tesouraria; Gestão de Pessoal e Folha de Pagamentos e Protocolo; e de serviços técnicos, implantação e operacionalização da solução de nota fiscal de serviços eletrônica – NFS-e e Gestão Eletrônica do ISSQN, o Pregoeiro e Equipe de Apoio informam que em 07/03/2019, às 16:32 horas a empresa **ACADEMIA DE GESTÃO PÚBLICA SA**, apresentou impugnação ao edital de licitação. O Pregoeiro e Equipe de Apoio decidem por **SUSPENDER** o referido certame para que seja analisado o mérito.

São Gonçalo do Rio Abaixo, 11 de março de 2019.

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITABIRA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 003/2019**, cujo objeto consiste na aquisição de roupeiro em aço galvanizado, conforme quantidades e especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**. Tipo: **Menor Preço por Item**. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **22/03/19 às 08h** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **22/03/19 às 09h**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia **12/03/19** e no Setor de Compras no horário de 7:30 às 10:30 e 13 às 16 horas, em sua sede à Rua Senhora do Carmo – 148 – Pará – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-1324.

Leonardo Ferreira Lopes
Diretor-Presidente

EDITAL

Nos termos do Artigo 12, § 1º, letra c) do § 2º e Artigo 23 do Estatuto do Sindicato dos Clubes Culturais, Recreativos, Esportivos e Sociais do Estado de Minas Gerais o Presidente do SINDICLUBES-MG convoca todos os associados das Entidades Esportivas e Sociais constituídas e organizadas na forma de Clubes Culturais, Recreativos, Esportivos e Sociais no Estado de Minas Gerais, a comparecer à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 28 Março de 2019, nas dependências do Sindicato, sito à Rua Halfeld 615, Galeria Constança Valadares, 2ºPiso lj 330 Centro nesta Cidade, às 09 horas em primeira convocação, a maioria absoluta de associados e às 11:00h, em segunda convocação, com qualquer número do presentes, com o seguinte objetivo- A eleição se encerra às 18:30h.

CONFORME ART. 531 e 2º Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, poderá a Assembleia, em última convocação ser realizada em 02(duas) horas após a primeira convocação.

ELEIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

-Mandato 2019/2022
(DE 01 MAIO DE 2019 A 30 ABRIL DE 2022)
Juiz de Fora/MG, 08 março de 2019
Marcelo Guedes Barra
Presidente SINDICLUBES-MG

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE SABARÁ/MG
RUA MARIETA MACHADO, Nº 103, CENTRO, SABARÁ/MG, CEP 34505-390 (31) 3671-1075

Habilitações de Casamento:

EDERVALDO VIEIRA DA SILVA e ELIDIA DAS GRAÇAS COSTA, resd. Sabará. Ele, n. 06/12/1988, f. Antônio Vieira da Silva e Maria do Carmo Silva. Ela, n. 10/02/1991, f. José Telix da Costa e Selma Barreto da Costa.

ELSON DA SILVA AURELINO e LUANA MAURICIO DA SILVA, resd. Sabará. Ele, n. 22/10/1988, f. Elson Anatolio Aurelino e Ana Maria da Silva Aurelino. Ela, n. 20/10/1991, f. Antonio Vera Cruz da Silva e Claudia de Fatima Mauricio da Silva.

RODRIGO VENÂNCIO DE OLIVEIRA e LORRAYNE STEFANE SILVA DE OLIVEIRA, resd. Sabará. Ele, n. 15/04/1991, f. Roldão Antônio de Oliveira e Daniela Cristina Venâncio de Oliveira. Ela, n. 26/03/2000, f. Edson Caetano Elói de Oliveira e Maria Romilda Antonia da Silva.

HUDSON LUIZ DA CRUZ e MAIARA STEFANE DE ALMEIDA SOUZA, resd. Sabará. Ele, n. 10/09/1991, f. Elias Marcos da Cruz e Maria da Conceição Cruz. Ela, n. 28/05/1998, f. Sérgio Paulo de Souza e Gislaíne Cristina de Almeida.

EDMAR AZEVEDO CARNEIRO e JAQUELINE RIBEIRO DOS SANTOS, resd. Sabará. Ele, n. 15/11/1982, f. José Carneiro Neto e Alizete Azevedo Carneiro. Ela, n. 26/07/1986, f. Fabiano Ribeiro dos Santos e Darcy das Graças Ribeiro Santos.

RENATO TADEU SILVA VIANA e ISABELLA CRISTINA DE SOUZA MENDONÇA, resd. Sabará. Ele, n. 05/03/1983, f. Pedro Gomes Viana e Wanda Silva Viana. Ela, n. 21/11/1994, f. Carlos Otávio da Silva Mendonça e Aurora Cristina de Souza Mendonça.

CASSIANO SILVA DE JESUS e LORENA SILVERIO MARTINS, resd. Sabará. Ele, n. 11/09/1993, f. Matias de Jesus e Emilia Santos da Silva. Ela, n. 26/07/1999, f. Agnaldo de Oliveira Martins e Elisângela Aparecida Silverio.

MARCIO JOSÉ DE ARAUJO e MARCILENE RODRIGUES VICTAL, resd. Sabará. Ele, n. 21/08/1976, Sebastião Matusinhos de Araujo e Maria das Graças. Ela, n. 21/06/1975, f. José da Piedade Victal e Hygina Ferreira Victal.

GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS e RAFAELA MAGALHÃES DE SOUZA ALMEIDA, resd. Sabará. Ele, n. 12/05/1990, f. Getúlio de Oliveira Santos e Rosana Cássia Costa Santos. Ela, n. 14/08/1996, f. Rogerio Cássio de Almeida e Isaura Magalhães de Souza Almeida.

WERLEY BARBOSA LEITE e MARIAH DE SOUZA XAVIER, resd. Sabará. Ele, n. 30/05/1958, f. José Nunes Leite e Odila Moreira de Magalhães. Ela, n. 07/02/1969, f. Valdomiro Xavier e Clemência de Souza.

MARCELO FERREIRA NICOLSKY e ANA PAULA MARIANI, resd. Sabará. Ele, n. 17/01/1987, f. Samuel Gomes Nicolsky e Maria Aparecida Ferreira Nicolsky. Ela, n. 03/08/1988, f. Paulo Roberto Mariani e Geraldina Natividade Rodrigues Mariani.

GILSON RODRIGUES DE SOUZA e APARECIDA FAGUNDES ALVES, resd. Sabará. Ele, n. 14/04/1986, f. José Raimundo de Souza e Maria Rodrigues de Souza. Ela, n. 02/11/1985, f. Luiz Marcelino Alves e Bernadete Fagundes da Silva.

THIAGO REGIS ARAUJO e LUIZA VITAL RODRIGUES, resd. Sabará. Ele, n. 10/05/1995, f. Adailton Alfenas Araujo Filho e Magda Regis Gomes. Ela, n. 12/08/1997, f. Luiz Alberto Rodrigues e Maria Lucia da Silva.

PABLO ÉRIC BARBOSA PEREIRA e LUIZA HERCULANO DUARTE, resd. Sabará. Ele, n. 05/06/1997, f. Rômulo Cristiano Gomes Pereira e Kércia Rosim Barbosa Pinto. Ela, n. 13/08/2002, f. Willian Ferreira Duarte e Fátima Maria Herculano Duarte.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE TRANSCON

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2019

A Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem/MG – TransCon, torna pública a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**, tipo menor preço Unitário – Processo Administrativo nº 007/2019, que tem por objeto Prestação de serviços de divulgação e publicações de atos oficiais da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes – TRANSCON, compreendendo expedientes administrativos de pessoal, avisos de licitação, adjudicações de processos licitatórios, extratos de contratos e termos aditivos, termos de ratificação de dispensa e inexigibilidade de licitações e outros atos exigidos por lei em jornal de grande circulação, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos. Entrega dos envelopes A e B: até às 09:30 (nove horas e trinta minutos) do dia 22 de março de 2019. Sessão de Abertura dos Envelopes: 09:30 (nove horas e trinta minutos) do dia 22 de março de 2019. Os interessados poderão ter acesso à íntegra do Edital através do site www.contagem.mg.gov.br.

Contagem, 11 de março de 2019.
Kênia Janaína de S. M. Silveira
Pregoeira Transcon

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS MOTORISTAS E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS, LOGÍSTICA EM TRANSPORTE E DIFERENCIADOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO, SIMECLODIF. Entidade sindical profissional de primeiro grau, inscrito no CNPJ Nº 18.134.667/0001-42, com base territorial nos Municípios de Baldim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Capim Branco, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Confins, Funilândia, Ibirité, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Mário Campos, Matozinhos, Morro do Pilar, Nova Lima, Nova União, Passabém, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Lapa, São Sebastião do Rio Preto, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano, todos no Estado de Minas Gerais, convoca todos os trabalhadores da categoria de transporte de carga, bebidas e do setor logístico, sócios e não sócios da entidade, para realização, nos termos do artigo 42º item I de seu Estatuto Social, de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** sendo: l) no dia **16/03/2019**, às 13:30 horas em primeira convocação ou às 14:00 horas em segunda convocação, será realizada na **Sede Provisória, Rua: Esmeralda, nº. 512, Sala A, Cep: 30.411-191, Bairro: Prado, Belo Horizonte**. Será tratada e deliberada a seguinte ordem do dia: **a) Leitura, Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações a ser apresentada e discutida com a patronal na Campanha Salarial da data-base 1º de maio de 2019; b) Deliberações sobre Greve inclusive sobre o pagamento de dias parados; c) Autorização para a diretoria do sindicato negociar, assinar Acordos Coletivos, Contratos Coletivos, Convenções Coletivas e Aditivos a estes, assim como ajuizar Dissídios Coletivos ou quaisquer ações que sejam necessárias à defesa do interesse da categoria, inclusive substabelecer tais poderes; d) Concessão de autorização expressa ou não dos trabalhadores da categoria, sócios e não sócios, para a implementação e o desconto negocial/taxa de fortalecimento sindical; e) Caso aprovado o item "d", notificação aos empregadores e aos respectivos sindicatos da categoria econômica, da autorização concedida; f) Deliberação sobre a instalação em caráter permanente da presente assembleia; g) Leitura e aprovação da ata da presente assembleia; h) Deliberações consequentes**. Belo Horizonte, 11 de março de 2019. Hamilton Dias Moura - Presidente.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MULT SERVICE LTDA.
CNPJ/MF nº. 08.208.206/0001-13 - NIRE 31.2.0762490-4
MULT SERVICES MG TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA.
CNPJ/MF nº. 03.423.197/0001-60 - NIRE 31.2.0705641-8
DIGITAL SERVICES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
CNPJ/MF nº. 29.817.593/0001-65 - NIRE 31.2.1102455-0
E-SERVICE TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ/MF nº. 03.862.111/0001-03 - NIRE 31.2.0750286-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS
Ficam convocados todos os sócios quotistas das empresas (i) TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MULT SERVICE LTDA., (ii) MULT SERVICES MG TECNOLOGIA & INFORMAÇÃO LTDA., (iii) DIGITAL SERVICES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., e (iv) E-SERVICE TECNOLOGIA LTDA., pertencentes ao mesmo grupo econômico e possuindo a mesma composição societária ("Grupo Mult"), pertencentes aos mesmos administradores das empresas do Grupo Mult, para a Reunião de Sócios das empresas, todas a serem realizadas na Rua Espírito Santo, nº 2727, 8º andar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.160-032, no dia 22 de março de 2019, às 09:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alteração dos membros da Administração das empresas. Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2019. A Administração das empresas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO
COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019

O município de Pedro Leopoldo/MG, comunica a REVOGAÇÃO do Pregão Presencial n.º 006/2019, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA MANUAL E ROÇADA MECANIZADA, LIMPEZA MANUAL DE BOCAS DE LOBO E RAMAIS DE LIGAÇÃO, VARRIÇÃO MANUAL, PINTURA DE MEIO FIO, POSTES E VIADUTOS, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CANALETAS, SARJETAS E PASSEIOS, INCLUINDO RECOMPOSIÇÃO, EQUIPE MULTITAREFA PARA PODA DE ÁRVORES, DESTOCA E SEÇÃO, EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO COM TRANSPORTE E DESCARTE DOS RESÍDUOS GERADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, DE ACORDO COM EDITAL E SEUS ANEXOS.** A Comissão de Licitação declara que o Termo de Revogação se encontra à disposição, para vista dos interessados. Tel de contato (31) 3660-5155.

Pedro Leopoldo, 07 de Março de 2019.
Gicélia Soares Ferreira – Pregoeira Substituta da Licitação.

COOPERATIVA SANCOFFEE COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFES ESPECIAIS SANTO ANTONIO ESTATE COFFEE LTDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CNPJ: 05.067.427/0001-20 NIRE: 314000442-4

O Diretor Presidente da Sancoffee - Cooperativa dos Produtores de Cafés Especiais Santo Antonio Estate Coffee Ltda., no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 2º e seguintes do Estatuto Social convoca os seus cooperados, que nesta data somam 20 (vinte), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de março de 2019, na sede da Sancoffee – Cooperativa dos Produtores de Cafés Especiais de Santo Antônio Estate Coffee Ltda, localizada na Estrada do Aeroporto Km 01 S.N. Bairro Padre Lúcio em Santo Antônio do amparo MG CEP:37.262.000, às 14:00 horas em primeira convocação necessitando a presença de 2/3 dos cooperados, e às 15:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais um dos cooperados, e às 16:00 horas em terceira e ultima convocação com a presença de no mínimo de 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre a seguintes ordens do dia:

1. Demonstração e aprovação dos demonstrativos contábeis e financeiros do exercício 2018.
2. Eleição do Conselho Fiscal – Exercício 2019.
3. Aprovação da realização dos investimentos: 1) expansão do armazém para a safra 2020; e, 2) adequação dos prédios da administração, setor de qualidade e área de convivência de terceiros, especialmente os motoristas prestadores de serviço; 3) regularização da escritura da Sancoffee em relação à construção do armazém 3;
4. Outros assuntos de interesse da Cooperativa e Cooperados

Santo Antonio do Amparo, 08 de março de 2019.
Henrique Dias Cambrata
Diretor-Presidente

EDITAL – SINEEACTH-JM/MG - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2018 - O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO E TURISMO E HOSPITALIDADE DE JOÃO MONLEVADE – SINEEACTH-JM/MG, entidade sindical profissional inscrita no CNPJ sob o nº. 23.942.741/0001-97 - Código Sindical nº 020.409.04772-9, com sede na Rua Fernão Dias, nº 303, Sala 404 – Bairro Rosário, Município de João Monlevade, Minas Gerais, CEP: 35930-180, em cumprimento ao disposto no artigo 605 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vem, pelo presente **EDITAL, NOTIFICAR e CONVOCAR** todas as empresas/empregadores atuantes em um dos seguintes segmentos: Empresas de Turismo (Inclusive Interpretes e Guias de Turismo, Casas de Diversão, Oficiais Barbeiros, Inclusive Aprendizes, Ajudantes, Manicures, Salões de Cabeleiros para Homens), Institutos de Beleza e Cabeleiros de Senhoras, Comércio Hoteleiro e Similares; Bares, Restaurantes, Sorveteria, Hotéis, Motéis, Pensões, Pousada, Dormitório, Pensionato, Bar, Bar Sinuca, Lancheonete, Buffet e Similares; Empresa de Compra e Vendas, Locação e Administração de Imóveis Residenciais, Inclusive Empregados de Edifícios, Zeladores, Porteiros, Cabeleiros, Vigias de Edifícios, Faxineiros, Serventes e outros; Lustradores de Calçados, Empregados de Empresas de Asseio e Conservação (Inclusive as Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo); empresas/empregadores estabelecidos, ou seja, que possuem sedes, filiais ou qualquer dependência em funcionamento na Base Territorial do SINEEACTH-JM/MG, que abrange os municípios de Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, João Monlevade, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, São Domingos do Prata e São Gonçalo do Rio Abaixo, para o regular recolhimento da Contribuição Sindical Urbana Profissional referente ao exercício 2019. Contribuição devida por força do que estabelecem os artigos 579 a 591 da CLT, consoantes arts. 146 e 149 da CRFB, e da Portaria nº 488, de 23/11/2005, do MTE, publicado no D.O.U. de 24/11/2005. O pagamento da referida Contribuição poderá ser efetuado até o dia 30 (trinta) de abril de 2019, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária, com a utilização de Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana – GRCSU. O não recolhimento da Contribuição à entidade sindical implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contribuição, nos 30 (trinta) primeiros dias, acrescidas de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, mais 1% (um por cento) de juros ao mês, ou fração de mês. O não recolhimento da Contribuição Sindical em foco implicará na cobrança judicial dos valores devidos, conforme exigência contida no artigo 606/CLT. Esclarece que a importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30 (um trinta avos) da remuneração de cada um de seus empregados, sindicalizados ou não, percebidos no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso I, da CLT), ficando desde já notificados os senhores empregados e empregadores/estabelecimentos, que a Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada e realizada no dia 08/03/2019 autorizou, PREVIA e EXPRESSAMENTE o desconto da contribuição sindical de todos integrantes da categoria profissional, sindicalizados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 578 e seguintes da CLT. O recolhimento da Contribuição Sindical referente aos empregados deverá ser efetuado no mês de abril de 2019, em nome do SINEEACTHJM. Uma vez recolhida a Contribuição Sindical Urbana, nos termos da nota técnica SRT/MTE nº 202/2009, os empregadores deverão remeter ao Sindicato a seguinte documentação: 01) relação nominal dos Empregados Contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a Contribuição, com o respectivo valor recolhido; 02) GRCSU – Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana, devidamente quitada, correspondente à relação. O pagamento da Contribuição Sindical Urbana é documento essencial para renovação ou registro de licença de funcionamento e para participação em Concorrências Públicas (Art. 607/608 da CLT e Decreto Lei nº 5.452, de 01.05.1943), João Monlevade 11/03/2019-Aristina Correia – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública nº 015/2018
Processo Administrativo 336/2018

O Município de Nova Lima, torna público a realização da Concorrência Pública nº 015/2018, Processo Administrativo nº 336/2018. Objeto: Contratação de Empresa para Serviço de Contenção Encosta Rua Galo Novo, Bairro Galo. A abertura dar-se-á no dia 10/04/2019 às 13:30 horas, na Rua Bias Fortes, n.º 62, 2º andar, Centro - Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 11 de março de 2019 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 11 de março de 2019.
Vitor Penido de Barros – Prefeito

Município de Ninheira
A PM Ninheira informa que o extrato do PP 013/2019 se encontra na íntegra no site: www.diariomunicipal.com.br e o edital esta disponível em: www.ninheira.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 029/2019
Pregão Sistema Registro de Preço nº 022/2019

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos elétricos e hidráulicos destinados a manutenção dos poços artesanais existentes nas comunidades rurais deste município, com entrega dos envelopes até às 08:00:00 horas do dia 27/03/2019. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.

11/03/2019.
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 030/2019
Pregão Sistema Registro de Preço nº 023/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos, eletrodomésticos, mobiliários, utensílios e outros materiais de consumo, para manutenção da secretaria de educação deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 28/03/2019. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 11/03/2019.
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 031/2019
Pregão nº 024/2019

Objeto: Contratação de empresa com profissionais médicos destinados a prestação de serviços junto à estratégia de saúde da família neste município, com entrega dos envelopes até às 08:00:00 horas do dia 29/03/2019. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.

11/03/2019
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 39/2019

O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preço - nº 39/2019. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 123/06. Objeto: Eventual aquisição de fralda geriátrica para atender o Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva. Data de realização 27/03/2019 às 09:30 hs. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 11 de Março de 2019.
O Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 041/2019

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preço - nº 041/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Divulgação de Publicidade através de carro de som e produção de novelinhas. Data de realização 22/03/2019 às 09:30 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 11 de março de 2019.
O Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sind-REDE BH - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, com endereço na Av. Amazonas, 491 sala 1.009, Centro, BH, CNPJ, 08.002.657/0001-08, representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte e dos Trabalhadores contratados pela "MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A." das Escolas Municipais de Belo Horizonte, através do presente EDITAL, ficam convocados todos os trabalhadores contratados pela MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. das Escolas Municipais de Belo Horizonte, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL, na forma estatutária e legislação vigente, a se realizar no dia 14 de março de 2019 às 13h30min em 1ª convocação, e não havendo número legal, às 14 horas do mesmo dia, em 2ª convocação, ambas na Associação Médica de Minas Gerais, Avenida João Pinheiro, 161, Centro, Belo Horizonte/MG. Na referida assembleia, os trabalhadores sócios e não sócios deverão deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: A) Campanha Salarial – Administrativo e Financeiro. Daniel Lages Wardil, Clayton Márcio Santos, Claudia Lopes da Costa, Luci de Márcia Pereira Lobato Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG
Aviso contendo o resumo do Edital. A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG torna público que realizará Pregão Presencial nº 004/2019, Processo Licitatório nº 009/2019. Objeto: Contratação de empresas especializadas para serviços de locação de equipamentos e estrutura para Eventos e Shows. Credenciamento: 22/03/2019, às 08:00h. Sessão oficial: 22/03/2019, às 08:15 horas. Informações: setor de licitações, Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, site www.saojoaodalagoa.mg.gov.br, email licita.pmsj@yahoo.com.br. Telefone: (38) 3228-8133. São João da Lagoa, 11 de março de 2019. Betânia Saraiva Eulálio - Pregoeira.

HOSPITAL SOCOR S/A - CNPJ 17.312.612/0001-12
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas do HOSPITAL SOCOR S.A. convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 14:00 horas do dia 15/04/2019, à Avenida do Contorno no 10.500, nesta capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem: 1) Assembleia Geral Ordinária, para aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício findo em 31/12/2018. A Diretoria também avisa que os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15/12/76, estão à disposição dos senhores acionistas para exame no endereço acima. 2) Assembleia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para mandato de 30/04/2019 à 29/04/2022 e sobre alteração do Estatuto Social envolvendo o prazo do mandato dos Diretores, os seus poderes, atribuições e remuneração, e o número de membros da Diretoria e do Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 08/03/2019. A DIRETORIA.

ADEEL ALIMENTOS S.A.
CNPJ N.: 09.296.491/0001-34 - NIRE: 3130002590-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - O Presidente do Conselho de Administração da Adeel Alimentos S.A., no cumprimento de suas atribuições estatutárias, Convoca os Srs. Acionistas a comparecerem a Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em primeira convocação, às nove (09) horas e, em segunda convocação, às nove (09) horas e trinta (30) minutos, do dia 01 de abril de 2019, na sede da Companhia, na Rua Padre Zanon, n.º 2.500, Bairro Distrito Industrial da BR 262, em Pará de Minas/MG para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1.1 - Leitura. Discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. 1.2 - Esclarecimentos sobre os Resultados apurados no Exercício findo em 31 de dezembro de 2018. 1.3 - Fixação da remuneração da Administração da Sociedade. Comunicamos aos Senhores Acionistas da Adeel Alimentos S.A. que se encontram à disposição, na sede da companhia, situada na Rua Padre Zanon, n.º 2.500, Bairro Distrito Industrial - BR 262, na cidade de Pará de Minas, estado de Minas Gerais, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Pará de Minas, 25 de fevereiro de 2019. Marcelo Gomes de Araújo - Presidente do Conselho de Administração.

HEMATOLÓGICA – CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A.
CNPJ/MF 00.410.960/0001-20 - NIRE 31.300.116.115
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019

Ficam convocados os senhores acionistas da HEMATOLOGICA CLÍNICA DE HEMATOLOGIA S.A. ("Companhia") para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral") e realizar-se às 10:00 horas do dia 27 de março de 2019, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Otoni, 908, 3º Andar e Pilotis, CEP 30150-274, para examinar, discutir e votar acerca da proposta de participação pela Companhia em novo negócio, nos termos da Cláusula XI do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 30 de novembro de 2016, apresentada pela acionista Oncoentro Imagem Serviços Médicos Ltda., mediante a aquisição de Participação Societária no capital social de terceiros, nos termos e condições previstos na Notificação enviada para a Companhia e para os acionistas, em 07 de março de 2019, e que deverá ser financiada por meio de aporte de capital pelos Acionistas, mediante a emissão de novas ações da Companhia, com o preço de emissão a ser fixado com base no patrimônio líquido da Companhia, apurado nas demonstrações financeiras levantadas no último dia do mês imediatamente anterior à data de realização do aumento do capital social da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia. Belo Horizonte, 11 de março de 2019. Luis Roberto Netei de Almeida - Diretor Administrativo

FRANCO LEILÕES **LEILÃO DE IMÓVEL**
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402 - Bairro Estoril - CEP:30494-080 - BH/MG
PRESENCIAL E ON-LINE

1º LEILÃO: 26/03/2019 - 10:20h - 2º LEILÃO: 28/03/2019 - 10:20h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Mat. JUCEMG nº 1030, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-Lei nº 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo Presencial e Online o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **IMÓVEL:** Apartamento 101 do Edifício Leonardo, na Rua Platina, 1.657, com 2 quartos, sala, banheiro, copa, cozinha, área de serviço e dependência de empregada, com as áreas útil de 67,4675m² e bruta de 89,7151m², com direito a uma vaga de garagem do prédio, e a correspondente fração ideal de 0,099049 do lote nº 11, da quadra nº 108, do Bairro Calafate, frente para a Rua Platina, demais limites e confrontações da respectiva planta. Imóvel objeto da Matrícula nº 1973 do 7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DADOS DOS LEILÕES:** 1º Leilão: dia 26/03/2019, às 10:20 horas, e 2º Leilão: dia 28/03/2019, às 10:20 horas. **LOCAL:** Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril - CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S):** MARIA LUCIA DE SOUZA VASCONCELOS, brasileira, nascida em 23/10/1951, solteira, aposentada, portadora da C.I. MG-5.358 PC/MG e CPF: 130.682.616-00, residente(s) e domiciliado(s) na Rua Platina, nº 1657, Apto. 101, Bairro Calafate em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.411-325 e **ALIENANTES/DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S) E COBRIGADO(S)/AVALISTA(S):** MARIA ELISABETH DE SOUZA VASCONCELOS, brasileira, solteira, aposentada, portadora da C.I. MG-425.141 PC/MG e CPF: 177.171.916-87 residente(s) e domiciliado(s) na Avenida Augusto de Lima, nº 233, Apto 2910, Bairro Centro em Belo Horizonte/MG, Cep: 30.190-000. **CREADOR FIDUCIÁRIO:** Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01. **DO PAGAMENTO:** No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pela leiloeira, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES:** 1º leilão: R\$ 260.788,38 (Duzentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos) 2º leilão: R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais), calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1.º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DA LEILOEIRA:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão da leiloeira, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.463/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.francoleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "habilitar-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(is) s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmete, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrá por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, honor e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. O arrematante será responsável por realizar a devida due diligence no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital. Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente desembolsados pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação. O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão da leiloeira, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED ou cheques, da totalidade do preço e da comissão da leiloeira, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão da Leiloeira, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrendimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida a Leiloeira (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá a Leiloeira emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 28/02/2019 - **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** – Declaramos que o presente edital contempla todas as informações e dados passados a leiloeira, inclusive no que tange a valores, descrições e indicação de eventuais ônus e gravames incidentes sobre o imóvel. Banco Inter S/A CNPJ: 00.416.968/0001-01

www.francoleiloes.com.br (31) 3360-4030

bradesco LEILÃO SOMENTE ONLINE 18 IMÓVEIS
FECHAMENTO: 21/03/2019 a partir das 10h00 **FREITAS**

Imóveis localizados em: **CE DF GO MG MS PB PE PI RJ RS SP** ✓ à vista com 10% de desconto

LOTE 07 - TEÓFILO OTONI/MG
TERRENO C 728,07m²
Loteamento Mont Serrat - Rua 10 (Lt. 08 da qd. N) - **BAIRRO VILA BARREIROS**
Lance Mínimo: R\$ 16.900,00

LOTE 08 - TEÓFILO OTONI/MG
TERRENO C 689,45m²
Loteamento Mont Serrat - Rua 10 (Lt. 07 da qd. N) - **BAIRRO VILA BARREIROS**
Lance Mínimo: R\$ 15.900,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento, fotos consulte site do leiloeiro.
Mais informações: www.banco.bradesco/leiloes

(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316 www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
AVISO DE NOVA DATA PARA ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 064/2019 TIPO "MENOR PREÇO"

Objeto: Fornecimento de produtos alimentícios (leite longa vida e leite pasteurizado, integral), em atendimento à Secretaria Municipal de Administração e aos Órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Uberlândia. A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração do edital, e que a mesma influencia na elaboração da proposta, sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 08/04/2019, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Informa ainda, que o detalhamento das alterações encontra-se no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações e no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, que será republicado com as devidas alterações, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993. Uberlândia, 11 de março de 2019. **MARLY VIEIRA DA SILVA MELAZO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

▶ GIRO POR MINAS

MAIS DE 700 VEÍCULOS SERÃO LEILOADOS PELO DETRAN

FLÁVIO TAVARES/ARQUIVO HOJE EM DIA



O Departamento de Trânsito (Detran) de Minas Gerais realiza, hoje e amanhã, dois leilões com mais de 700 veículos –sucatas e conservados. Os lances iniciais vão de R\$ 5 a R\$ 5 mil. Será a partir das 9h, no Círculo Militar, na avenida Raja Gabáglia, 350, no

Gutierrez, em BH. Os veículos a serem leiloados são aqueles apreendidos em infração de trânsito ou recuperados de furtos e roubos, e que o proprietário não providenciou a retirada no prazo de 60 dias, conforme a lei. Os automóveis serão arremata-

dos pelos participantes, pessoas físicas ou jurídicas, que derem o maior lance. Já as sucatas só poderão ser adquiridas por empresas cadastradas para desmonte. Os lotes devem ser pagos à vista, no prazo de três dias. Após a quitação é feita a desvinculação

de impostos, taxas, multas e restrições financeiras, para que o veículo seja entregue ao novo dono sem nenhum outro ônus, exceto o seguro obrigatório (DPVAT). Em cerca de 30 dias a documentação do bem arrematado é entregue ao comprador.

CULTIVADOR DE MACONHA PEGA 9 ANOS DE CADEIA

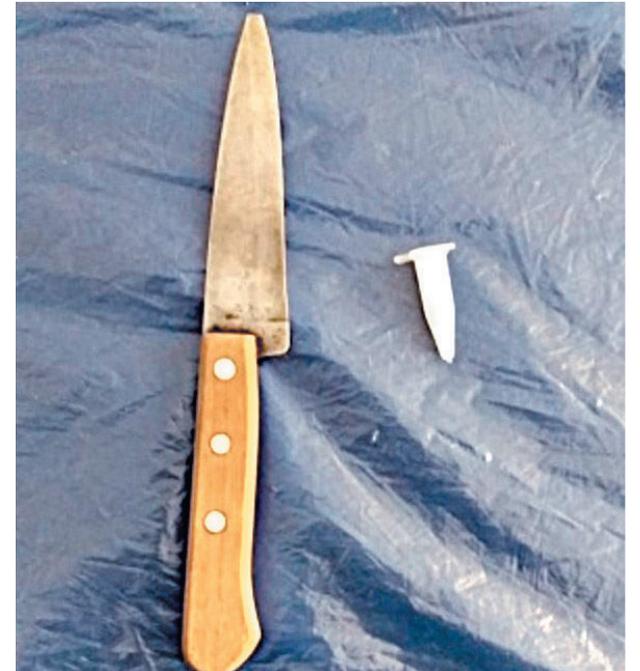
A Justiça condenou a nove anos de prisão, em regime fechado, um homem que transformou um apartamento no bairro Anchieta, na região Centro-Sul da capital, em um laboratório para o cultivo de maconha. Quatro cômodos do imóvel viraram estufa para o plantio e desenvolvimento da droga. Ele foi sentenciado por produzir e fabricar produto ilegal, mas foi absolvido pelos crimes de oferecimento de entorpecentes ou auxílio ao uso, já que não ficou comprovada a comercialização da maconha. O réu alegou, em juízo, que plantava apenas o suficiente para o próprio tratamento medicinal, em razão de um quadro de neuropatia.

Na Justiça, o homem, que na época da prisão, em setembro de 2018, tinha 41 anos, afirmou que tratamentos convencionais não tiveram eficácia, e que apenas o remédio à base do óleo de canabidiol fazia efeito

JÚRIS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NESTA SEMANA

Após 12 anos, um policial militar suspeito de matar a ex-mulher em Ipatinga, no Vale do Aço, será julgado pelo crime, na próxima sexta. Apesar de o assassinato ter ocorrido em outra cidade, o júri será em Belo Horizonte. De acordo com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a mudança foi necessária porque o réu é policial militar e já responde a outros processos criminais em Ipatinga, o que poderia comprometer a imparcialidade dos jurados. O julgamento é um dos cinco previstos na capital e que integram a 13ª Semana Justiça pela Paz em Casa, coordenado pelo órgão. A campanha, realizada em todo o Estado, foi iniciada ontem e vai até sexta-feira. A proposta é priorizar o andamento de processos que envolvem casos de violência contra a mulher. Hoje, às 9h, também em BH, será julgado um homem que tentou matar a ex-companheira com um facão, no bairro Bonsucesso, na região do Barreiro, em novembro de 2017.

GUARDA MUNICIPAL/DIVULGAÇÃO



PASSAGEIRO FERIDO EM ASSALTO

Um jovem de 18 anos foi preso após pular a catraca de um ônibus, roubar e esfaquear um adolescente, de 17, ontem, em um coletivo da linha 825 (Estação São Gabriel/Jardim Vitória). A vítima reagiu e foi ferida na mão. Com o suspeito, os agentes apreenderam a faca utilizada no assalto e um pino de cocaína. O adolescente foi levado para a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) Norte, onde foi medicado. A ocorrência foi registrada na Central de Flagrantes (Ceflan) 4.

PEDRA BONITA - MG

Torna pública a abertura do Pregão nº 001/2019 na forma presencial, do tipo menor preço. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos na área de Cardiologia, conforme especificações constantes do anexo I. Credenciamento: 21/03/19 às 12h15min. Abertura do Pregão: 21/03/19 às 12h30min. Rua Leopoldino de Almeida, 290. Informações: fone (31) 3872-9104 das 12:00 às 16:00 horas. Joana D'arc de Abreu - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA/MG
Processo Licitatório 15/2019 - Pregão Presencial 11/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a seleção de proposta mais vantajosa visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE OPERAÇÃO TAPA BURACO, conforme especificações e quantidades constantes dos anexos I e VIII. Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, de segunda a sexta-feira das 13hs às 16hs. E-mail: compras@alterosa.mg.gov.br - A sessão será realizada no dia 27 de março de 2019 às 08h00min.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCÊS/MG

AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2018

Foi revogada a Licitação supracitada, na data de: 14/09/2018, referente ao Processo Licitatório nº 053/2018. Objeto da Concorrência Pública para Outorga de permissão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel - Táxi, no Município de Mercês/MG, conforme especificações técnicas constantes do Edital e Anexos.

Janicléia de Oliveira Lima

Presidente da Comissão P. Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG. Processo 071/2018 - Concorrência Pública 002/2018. Homologação de Licitação. O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo, em observância aos dispositivos legais e, tendo em vista o julgamento da Licitação autuada sob o número 071/2018, na modalidade Concorrência Pública 002/2018, com o objetivo da Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, considerados, assim, espécies dos serviços de saneamento básico no Município de Santo Antônio do Amparo/MG, mediante as condições estipuladas no Edital e na minuta de Contrato, obedecida a legislação vigente, houve por bem HOMOLOGAR o procedimento licitatório, manifestando sua concordância com o julgamento do certame em favor da licitante: Societeng Construções Ltda, que venceu o certame. Santo Antônio do Amparo, 08 de março de 2019. Evandro Paiva Carrara - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG. Processo 071/2018 - Concorrência Pública 002/2018. Adjudicação do Objeto da Licitação. O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo, em observância aos dispositivos legais e, tendo em vista o julgamento da Licitação autuada sob o número 071/2018, na modalidade Concorrência Pública 002/2018, com o objetivo da Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, considerados, assim, espécies dos serviços de saneamento básico no Município de Santo Antônio do Amparo/MG, mediante as condições estipuladas no Edital, e na minuta de Contrato, obedecida a legislação vigente, houve por bem Adjudicar o Objeto em favor da licitante: Societeng Construções Ltda, que venceu o certame, devendo o setor competente promover ampla publicidade do resultado, notificação da licitante vencedora e demais interessados, para contagem de prazos e, no final, a assinatura do respectivo Contrato, observando a minuta constante deste expediente. Santo Antônio do Amparo, 08 de março de 2019. Evandro Paiva Carrara - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS (MG)
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas/MG, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº 037/2019 - Tomada de Preços nº 001/2019. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização das obras de engenharia pertinentes ao Contrato de Repasse nº 873540/2018, consistentes na construção do muro para cercamento do Parque de Exposições e Eventos "Paulo Miranda", localizado à Rua Rui Barbosa de Araújo, nº 711 - Bairro Sassafrás, neste Município de Entre Rios de Minas (MG). Critério de julgamento: Empreitada por Menor Preço Global. Data de abertura: 29 de março de 2019, às 09:00 horas. Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, situada na Rua Monsenhor Leão, nº 110 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG). O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos na sede da Prefeitura Municipal, junto à Comissão Permanente de Licitações, à Rua Monsenhor Leão, nº 110 - Centro, em Entre Rios de Minas (MG), ou no link "Licitações", sub-link "Licitações 2019" do sítio eletrônico www.entrieriosdeminas.mg.gov.br - Maiores informações pelo telefone (31) 3751-2747. Entre Rios de Minas, 11 de março de 2019. JOSÉ WALTER RESENDE AGUIAR - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE ANULAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2018

O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica a todas as empresas interessadas no CHAMAMENTO PÚBLICO 05/2018, cujo objeto consiste em: seleção de empresas para concessão de área produtiva, no município de Itabira/MG, que estão anulados todos os prazos do referido Chamamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia Inovação e Turismo, por interesse da Administração Pública.

Itabira, 11 de março de 2019

Sérgio Amaral

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia Inovação e Turismo (Em Exercício)